

ATA Nº 5 /2024

SESSÃO ORDINÁRIA DE

30 /09/2024

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações do órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

Aos 30 dias do mês de setembro de 2025 reuniu em sessão **ordinária** a Assembleia Municipal de Mira, no edifício “Àtrium Mira”, sob a presidência do Ex.mo Sr. Nelson Teixeira Maltez secretariado pelo Sr. Luís Lavrador e pela Sr.ª Regina Serrano, com a seguinte Ordem do Dia: -----

PONTO UM: Renúncia de mandato apresentado por Fernando Manuel Miranda Capeloa, nos termos do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e instalação do membro substituto -----

PONTO DOIS: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento -----

PONTO TRÊS: Fixação da taxa do IMI, IRS, derrama e direito municipal de passagem a liquidar em 2025, nos termos do n.º 1, n.º 5 e n.º 14 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis - CIMI aprovado pelo Decreto – Lei n.º 287/2003 de 12 de Novembro, conjugado com o artigo 14º e ssº e n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 Mod.DAJ.028.01 pág. 1/2 de setembro, na atual redação e em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.-----

PONTO QUATRO: Fixação da taxa de IMI para prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo - 2025 (IMI famílias), nos termos do artigo 112.º- A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis - CIMI, aprovado em anexo ao Decreto – Lei n.º 287/2003 de 12 de novembro, aditado pelo artigo 162º da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 2016, em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.-----

PONTO CINCO: Procedimento concursal para preenchimento de cargo de direção intermédia de 2º grau para a Divisão de Obras Municipais - aprovação da proposta de constituição do respetivo júri, nos termos e para os efeitos do disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de junho e conjugado com o disposto nos n.ºs 1

a 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação -----

PONTO SEIS: Aprovação da proposta de Revisão do Plano de Pormenor da Zona A do Plano Geral de Urbanização da Praia e Lagoa de Mira, conforme disposto no artigo 90.º do RJIT -----

PONTO SETE: Parecer sobre o Plano de Ação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PAPERSU 2030 – Mira) – tomada de conhecimento --

PONTO OITO: Relatório de Auditoria sobre a situação económica e financeira do Município de Mira referente ao 1º semestre de 2024 – Tomada de conhecimento -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco, e os Vereadores Dr. Tiago Daniel Cruz, Dr.ª Madalena Isabel Colaço dos Santos, Dr. Bruno José Milheirão Alcaide, Dr.ª Adriana Milene Ascensão Sousa.-

PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA: Por parte dos membros da Assembleia estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Nelson Maltez, Paulo Jorge Grego, José Luís Lavrador, João Luís Pinho, Maria Adélia Maranhão em substituição de Maria de Lurdes Mesquita, Cristina Maria Domingues dos Santos em substituição de Regina Serrano, Maria José Silva, Gabriel Pinho, Carlos Nora, Guida Reigota, Vasco Daniel Negrão J. Mingatos em substituição de Guida Filomena Reigota. Zélia Morais em substituição de Eurico Martins, Pedro Nunes em substituição de Manuel Inocêncio, Telma Salvador, Andreia Petronilho, Pedro Laranjeiro, António Teixeira Silva, Sara Braguez, Rui Miguel Oliveira Canudo em substituição de João Pedro Almeida, Mauro Emanuel Seiza em substituição de António Gonçalves, Augusto Miranda, Maria Clara Clemente, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Carlos Costa, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo Fernanda Seabra, dos Carapelhos Carla Santos. -----

HORA DE ABERTURA: A reunião teve início às 17h, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a

existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas.

PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -- -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Mira, Sr. Carlos Costa (PSD)**, começou por cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Nelson Maltez, na sua pessoa, cumprimentou todos os elementos da mesa, todos os deputados da Assembleia Municipal assim como o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Artur Fresco, na sua pessoa, cumprimentou o executivo, todos os elementos dos gabinetes ali presentes, Chefes de Divisão que davam apoio aquela Assembleia, Comunicação Social e a todos os que os seguiam partir de casa. Quis lembrar que no passado dia 19 houve naquele local uma sessão de esclarecimento sobre o PDM de Mira, quis agradecer a todos os que se disponibilizaram para ouvir os técnicos, Senhor João Rua e o Senhor Ângelo Lopes, pessoas conhecedoras na matéria e que esclareceram as dúvidas colocadas. Enalteceu a forma calma como decorreu aquela apresentação, deu os parabéns ao Senhor Presidente pela iniciativa e aos palestrantes que esclareceram as pessoas que estiveram presentes. Chamou a atenção sobre os resíduos que eram colocados nos contentores, espalhados nos caminhos, em terrenos particulares, quando existia um espaço para os depositar. Os monos que colocavam juntos aos contentores era uma vergonha o que se via à beira da estrada, dentro do perímetro urbano, não havia respeito por ninguém, retiravam o lixo de casa e iam colocá-lo à porta do vizinho junto contentor. Apelou ao civismo, bastava contactar a empresa, a mesma marcava o dia para fazer a recolha, era só ligar o 239 161 073. Achava que devia haver um bocadinho de respeito por quem andava a trabalhar e porque ficava muito mal tanto ver colchões, ver sofás, inclusivamente já tinham visto daqueles tanques de lavar antigos, partidos, junta aos contentores, portanto, as pessoas

deviam ter um bocadinho de respeito por quem trabalha, porque existiam empresas que não levavam nada, era só ligar, marcar um dia certo e vinham recolher à porta. Era um alerta que deixava. Dirigiu-se ao Sr. Presidente, tinha reparado em algumas pessoas que se queixavam, na zona próximo do hipermercado Continente, com o acesso dos camiões, que as estradas ali eram relativamente estreitas e para eles fazerem ali as manobras não era muito fácil. As ruas que estava a falar eram a Rua Elias Gordilho, a Rua Regente Rei e a Rua de Chãozinho. Sugeriu uma alternativa, que entrassem pela Lagoa, pela Rua das Hortas tanto num sentido como no outro. A qualquer momento os carros começavam a ficar ali na zona da Rua do chãozinho, bastava estacionarem ali que um camião não conseguia dar aquelas as curvas e podia complicar ali o trânsito.-----

---- **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira(PS)**, que em nome da Freguesia da Praia de Mira cumprimentou todos os presentes, quem assistia e quem estava a representar os vários órgãos dentro daquela Assembleia Municipal. Passou a fazer algumas questões diretas e de forma a tentar perceber melhor alguns pontos de situação que estavam a decorrer naquele momento, e eram do interesse das populações, nomeadamente da Freguesia da Praia de Mira. O primeiro ponto era relacionado com a questão do barco da Arte Xávega, há vários anos que andava naquela Assembleia a colocar aquela questão, e a pedir para que houvesse intervenção sobre o mesmo. Via que naquele momento estava a haver intervenção no barco, gostaria de saber quanto é que custava aquela intervenção, que tipo de intervenção é que ia ser feita, se o barco ia ser removido ou se ia ser feita a intervenção no local e algumas das características daquele tipo de intervenção que lhe pudessem explicar. Depois perguntou ao Senhor Presidente da Câmara também, relativamente ao pagamento das Juntas de Freguesia, sobre a questão direccionada com a limpeza das casas de banho do Verão de 2023, até ao momento não tinha sido pago. Tinha recebido um e-mail há uns dias por parte

da contabilidade a pedir as certidões de não dívida para efetuar o mesmo pagamento. Ali deixava um alerta, que já o tinha feiro por escrito várias vezes, mas deixava ali perante a Assembleia, os e-mails da Junta de Freguesia já tinham sido corrigidos diversas vezes, eram só os que tinham o domínio praiade mira.pt, enviar e-mails para hotmail, Gmail, eles existiam, que era certo é que não estavam a ser trabalhados como oficiais e por vezes não chegava a informação, embora pudessem ser abertos e pudessem ser visualizados. Naquele caso em concreto, havia ali uma situação que perguntava, sabia que por lei era preciso que para os pagamentos era preciso as certidões de não dívida, eu perguntava era se a Câmara Municipal, sempre que fazia pagamentos, pedia as certidões a todos os seus parceiros, se só fazia os pagamentos com as certidões ou se já tivera alguma exceção nos últimos tempos. Relativamente ao evento que decorreu na Praia de Mira nos últimos dias, tinha de saudar aquele evento, era um evento do qual, ele pessoalmente, e tinha a certeza absoluta que a bancada do Partido Socialista também se associaria e daria sempre o seu melhor para que bons eventos tivessem bons resultados, mas ali, exatamente, podiam fazer uma dicotomia entre o bom e o mau, e o bom e o mau era que bastava fazer uma reflexão pequena sobre o que aconteceu. O que aconteceu era algo muito positivo para todos, pensava que era unanime, não precisavam de fazer uma sondagem da população para perceber que aquele era um evento que caía muito bem nas nossas características. Uma característica como era a Barrinha da Praia de Mira e todo aquele sistema hídrico que envolvia, claramente tinha tudo a ver com aquele tipo de eventos e como tal, tinha de ser apoiado e dali para a frente, pensava que deveria haver uma estratégia mais bem definida para que pudessem continuar a ter aquele tipo de iniciativas, a sua pergunta era mesmo direta que era perguntar relativamente àquele tipo de iniciativas, qual era a visão que o executivo tinha e o que é que pensava fazer durante o próximo ano, que era o tempo que tinha de mandato, o que é que pensava fazer durante o próximo ano sobre a Aquabik. --

---- **Interveio a Sr.ª Presidente da Junta do Seixo (PSD)**, cumprimentou, em primeiro lugar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Nelson Maltez, e todos os restantes deputados da Assembleia, quis também cumprimentar o excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Mira, Artur Fresco, e todos os seus Vereadores, os Colegas Presidente de Junta, colaboradores do município e restantes elementos daquela assembleia, e ainda quem assistia em casa através daquela emissão. Naquela sua breve intervenção queria, em primeiro lugar, dar os parabéns ao executivo da Câmara Municipal de Mira, na pessoa do seu Presidente, Artur Fresco, pelo sucesso dos mais recentes eventos desportivos e não só, realizados no nosso Concelho, destacava obviamente a 25ª Mostra Gastronómica da região da Gândara na Praia de Mira, os Campeonatos Internacionais de Columbofilia Mira 2024, que foi realizada em Portomar e claro, também a final do Campeonato Europeu da AquaBaïke, que teve lugar no fim de semana anterior também na Praia de Mira, foram eventos de grande qualidade que colocam Mira no centro do mundo. Um bem-haja a toda a equipa que trabalhou e se empenhou na sua realização, resultando em sucessos que muito orgulho trouxeram a todos os mirenses. De seguida, quis lembrar que se encontravam em falta várias tampas e grelhas da rede pluvial nos passeios da Zona Industrial Polo II, que se tornava um perigo para quem usava aqueles passeios para fazer caminhadas, o que se verificava com alguma frequência. Por fim, gostaria de dar a conhecer àquela Assembleia, em primeira mão, a realização, no Seixo, de um fim de semana cultural intitulado “Gândara Saberes e Sabores”. Ia ter lugar nos dias 9 e 10 de novembro, onde, como o próprio título indicava, seriam apresentados os saberes com apresentação de livros, entrevistas e documentários, e os sabores gastronómicos que eram bastante ricos ali na região da Gândara, esperava por todos. -----

---- **Interveio a Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos (PSD)**, que cumprimentou todos, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Nelson

Maltez, cumprimentou todos os restantes membros ali presentes e os que assistiam em casa pelas redes sociais. Começou por fazer um agradecimento ao executivo e pela cedência de relva, apesar de usada do campo do municipal, que foi pela junta, um bocado, utilizado na requalificação do espaço que tinham lá no Pólo Educativo e que já há algum tempo previam investir ali, só que, dada a falta de orçamento, já não era possível executar o trabalho que tinham projetado. Agradeceu aquela cedência. Reforçava ali o pedido, feito já algum tempo por si àquela Assembleia, quanto à falta de cuidado pelas empresas de comunicações com os cabos que ficam pendentes e que estavam inutilizados. Reforçava ali o pedido para que aquele órgão, assim que possível, pudesse fazer um comunicado ou chegar àquelas entidades com alguma informação se fosse possível. Questionava novamente qual o ponto de situação do saneamento para os Carapelhos, era um ponto que vinha sendo abordado várias vezes, mas o que era certo é que até àquele momento não via nenhum desenvolvimento. Continuava a observação feita pelo colega Carlos Costa, naquela manhã, a caminho da escola para entregar o seu filho, viu uma Senhora com 80 e muitos anos à porta de casa com andarilho, uma vassoura a arrancar as ervas do passeio. Só queria que ficassem com aquela imagem, dava que pensar . -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que na pessoa do Senhor Presidente toda a Mesa, assim como os senhores Vereadores, Técnicos, chefes da Câmara Municipal, Senhores Deputados, e quem os estavam a ver através das redes sociais. Relativamente à intervenção da Junta de Freguesia de Mira, realmente realizou-se no dia 19, naquele mesmo espaço, uma sessão de esclarecimento sobre o PDM. Tomaram a iniciativa de fazer aquela sessão de esclarecimentos nas quatro juntas de freguesia, primeiramente em Carapelhos,

depois no Seixo, Mira e Praia de Mira. No final de cada sessão entenderam que as pessoas ficaram mais esclarecidas e, portanto, a saber como é que deviam participar naquele documento que era tão importante e há tanto tempo que andava para ser revisto e aprovado e, portanto, estando agora no período que discussão pública queria chamar a atenção que no próximo dia 18 de outubro terminaria a data limite para fazerem as sugestões, correções, reclamações que entendessem. Caso subsistissem dúvidas de como participar, os serviços municipais estavam sempre atentos e podiam ajudar no preenchimento de qualquer documento que fosse necessário. Relativamente aos resíduos espalhados pelos espaços públicos, já era recorrente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia fazer aquele comunicado, ao mesmo tempo que fez o comunicado, fez também um apelo que era ao civismo das pessoas, portanto, sabiam que os resíduos não eram para deitar em espaços públicos. Sabiam que certos tipos de resíduos também não eram para colocar nos contentores, mas as pessoas continuavam a fazer aquela prática. O que era mau para eles, era mau para a imagem, era mau para os cofres do Município, porque tinham que pagar à tonelada os resíduos que poderiam ser aproveitados de outra maneira. Mas ainda bem que também fez referência ao número de telefone, que podia eventualmente servir para a recolha gratuita dos monos e daquela divulgação. Relativamente às Ruas Elias Gordilho e as outras que davam acesso ao hipermercado que recentemente se instalou no município, realmente a entrada estava condicionada na parte da frente da estrada 109, estava condicionada por alguns painéis que foram colocados e que em altura, não deixam passar os carros pesados e então procuram outras vias para chegar ao abastecimento. Não entrando por aí, procuram as vias secundárias, nomeadamente aquelas ruas que elencou e que, sendo de grande dimensão e pesados, estavam a deteriorar os pavimentos daquelas ruas, e já tinham reparado nisso. Não podiam simplesmente colocar a sinalética sem antes fazer a respetiva comunicação e aprovação no regulamento de trânsito para condicionar a passagem daquelas

viaturas, portanto, que causavam algum transtorno não só no trânsito, como deterioração das vias e, portanto, ficava ali a nota. Agradeceu também por aquela colaboração. Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, quanto ao barco da Arte Xávega, tinham a intervenção que já tinha iniciado. O prazo previsto era que estivesse concluído no prazo de um mês sensivelmente. Tinham aberto o concurso e a empresa que ganhou já tinha iniciado os trabalhos, como já tinha referido, e era visível no local. Inicialmente, estava prevista a retirada do barco daquele local e ser tratado em estaleiro. Na segunda vez que lá voltou, entendeu que a reparação poderia ser efetuada no local, por isso a colocação de fibra no barco ia ser feita no local, toda a reparação, raspagem, pinturas e manutenção seria efetuada no local. O orçamento era de cerca de vinte mil euros. Relativamente aos pagamentos à Junta de Freguesia, na realidade tinham enviado e-mail, a primeira vez no dia 17 de setembro, tinha a informação que o e-mail era, president@praia de mira.pt, se calhar era dos oficiais, portanto, a não ser, tinham que fazer a correção. Estavam a aguardar o envio dos documentos que tinham chegado naquele mesmo dia, que eram as declarações necessárias para efetuar aqueles pagamentos. Obviamente que nem sempre se pediam aquelas declarações, quando estavam na posse dos serviços, algumas que ainda estavam dentro da validade que normalmente era atribuída por três ou quatro meses, se estivessem dentro da validade, os serviços não tinham necessidade de voltar a pedir. Muitas vezes também acontecia a permissão de consulta e nesses casos não se pediam, porque os serviços conseguiam aceder à consulta. Quando aquelas duas situações não aconteciam, faziam na mesma os pagamentos, mas fazia-se a devida retenção para as entidades que estavam em dívida e o remanescente seria entregue à entidade que tinha direito a receber. Relativamente à motonáutica, concordava, tinha sido um ótimo evento, desde toda a preparação, todo o envolvimento, tinha envolvido muita gente, mas resultou plenamente. Foi ótimo, não estavam habituados a ter eventos daquela

dimensão em Mira, tinham vários eventos internacionais, mas daquela dimensão, ultrapassou tudo o que era usual. Disse terem uma visão para um futuro relativamente àquela parte desportiva e, portanto, tinham já encetado contactos para o atletismo e tinham uma corrida de orientação prevista também, tinham já assinalado novamente um evento dos Minis para Mira, portanto, a estratégia do município passava, obviamente, por planificar não só a motonáutica, mas muitos eventos desportivos, como já tinham sido alguns deles concretizados durante o ano, nomeadamente a nível do atletismo, corta mato curto, em que utilizaram as pistas em vários Desportos. Lembrava também, já tinha sido ali referido pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, um outro evento que esteve no mês de setembro, que tinha trazido a Portomar e ao Concelho de Mira comitivas oficiais de trinta e cinco países com a Columbofilia. Portanto, era um evento em nível de países ainda maior do que se realizou agora com a motonáutica. Não tinha uma envolvente como a que tinham visto porque era uma modalidade que só alguns curiosos em aficionados procuravam, mesmo assim, foi muito movimentado aquele sábado em Portomar mais um grande evento a nível Internacional, porque aquele, além dos campeonatos nacionais das várias categorias, tinha também campeonato da Europa, Campeonato do Mundo, estiveram presentes 35 países. Relativamente à existência ou não de condições para a realização da motonáutica, já tinham encetado os contactos devidos, mal tinha terminado aquele, o contacto devido com as entidades oficiais, a Federação Portuguesa de Motonáutica, a Federação Internacional, a H2O, que era o organismo que programava e concretizava tudo, portanto estavam em contactos, tinham que ver as condições e avaliar a sua realização para o próximo ano, ou para os próximos anos. Relativamente à falta de tampas de saneamento, disse ter ficado com o apontamento, e agradeceu a lembrança. Os eventos de setembro, como lembrou e já tinha falado de um deles, iam passar à concretização e o comentário dos outros também. A Mostra Gastronómica foi, mais uma vez um grande evento, foi a 25ª edição que se

realizou também na Praia de Mira e que movimentou sempre muita gente. Havia pessoas que vinham de fora do concelho, procuravam a gastronomia típica da região, procuravam mesmo pratos típicos e vinham de muito longe para saborear e aproveitar aquela parte que era todo o convívio, a parte cultural e musical que ali se fazia, e com aquele cenário que era fantástico. Portanto, tinha sido mais um grande evento, um sucesso, a dar continuidade com certeza. Tiveram também na Praia de Mira o 25º aniversário do Mercado Municipal, foi um marco, foram os 25 anos do mercado, tinham que saber preservar e dar continuidade ao património. Os mercados há uns anos atrás tinham uma outra vertente mais procurada, nomeadamente com umas feiras, agora estavam a tentar fazer tudo para reavivar aquele tipo de locais para as pessoas realizarem as suas compras. Obviamente que existia muita concorrência, existia mais facilidades noutros locais, mas aqueles produtos característicos originários das suas terras e do seu mar, muitas vezes ali fresquinhos tinham outro sabor. Relativamente à intervenção da Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Carapelhos, a relva do campo, que saiu parte dela do Campo do Estádio Municipal, foi utilizada para benefício da Escola de Carapelhos. Afirmou que tiveram vários pedidos, várias solicitações, mas tinham que ponderar os melhores locais e a aplicação dos metros sobrantes. Tinham já compromissos assumidos com algumas associações, tinham planos também para requalificação de alguns espaços públicos e, portanto, no final da junção e da quantificação dos metros, veriam o que é que resultava para melhorar outros locais que também precisavam. Relativamente aos cabos, a sugestão tinha sido dada à Assembleia Municipal, era pertinente, com certeza o Senhor Presidente teria tomado nota. O saneamento para Carapelhos, deixava uma resposta transversal às outras povoações do Município, consultado o EVF, que era o plano de investimentos da ABMG, estavam sempre sujeitos a ele porque o município estava um bocado condicionado em fazer aquele tipo de obras, nomeadamente nas águas de consumo e no saneamento. Consultado o plano, viam que estavam previstas

algumas ruas nos Carapelhos e, portanto, a sua execução começaria em breve e sabiam que tinham urgência. Um dos primeiros pontos onde haviam de começar aquelas obras seria precisamente na Freguesia dos Carapelhos. -----

Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:-----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)** falou do evento realizado na Praia de Mira, de um torneio de 3 para 3, em que foi necessário utilizar relva sintética para que o piso daquele mini campo pudesse ter enquadramento. Na altura, foi-se buscar uma relva que estava algo abandonada desde 2018 no parque de campismo. Essa relva sintética foi retirada para o evento, posteriormente uma parte daquela relva foi guardada no estaleiro da Junta de Freguesia da Praia de Mira, e outra parte foi para casa de um privado da Praia de Mira. No dia a seguir aquilo ter acontecido um responsável da Câmara Municipal entrou em contacto com a Junta de Freguesia, para ir buscar a relva sintética ao estaleiro da Junta porque estava lá de forma incorreta. Disse que, completamente à vontade quando quisessem podiam lá ir buscá-la, no entanto, na mesma altura que fossem a casa do particular, buscar a relva sintética. Até àquele dia nunca mais o tinham contactado e a relva sintética continuava nos mesmos locais, inclusive em casa dos particulares. Gostaria de perceber qual era aquele critério. Entretanto com a substituição da relva sintética no Campo Municipal de Mira, a Junta de Freguesia formulou um e-mail onde solicitou uma parte para aquele tipo de eventos, do qual foi respondido que não iria ser cedida à Junta de Freguesia porque estava a ser direccionado para as associações, ou algo idêntico, e que posteriormente iriam entrar em contacto. Até àquele dia não tinham entrado em contacto pelo que estava ali a saber naquela reunião, já tinham tido um critério diferente relativamente à Junta de Freguesia dos Carapelhos, que saudava a questão do critério com a Junta dos Carapelhos, não saudava era a questão da Junta de Freguesia da Praia de Mira. Questionou qual foi o critério para que numa Junta, deixaram-na pendurada e a outra tinham-lhe fornecido aquele equipamento, e se a outra relva era para devolver aos serviços, se já tinham ido a casa do privado buscar o restante da Relva sintética. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu

a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: **2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara(PSD)** relativamente ao pedido direto, só quis referir que o Torneio 3 por 3 de futebol, realmente era um sucesso, era uma iniciativa do município que contou com a colaboração do Centro Cultural, portanto, no presente ano haviam de pensar se tinham ou não condições para obter as medidas necessárias para fazer e dar continuidade aquele torneio, e portanto, o município se entendesse poderia ficar com os metros necessários para a realização do torneio. Pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente para responder às restantes questões. -----

---- **Interveio o Sr. Vice-Presidente (PSD)** que cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa, os Deputados, todos os serviços, e toda a gente que assistia em casa. Afirmou ter havido um lapso, o torneio de futebol de praia, é que era organizado juntamente com a Câmara e com Centro Cultural, o torneio 3 por 3, era organizado pelo Centro Cultural, com o apoio do município de Mira. Relativamente à questão da relva, a que estava no parque de campismo, o Centro Cultural pediu autorização para utilizar a relva para o torneio 3 por 3, que foi cedida a com a condição de depois ser devolvida. Verificou-se que, por lapso dos serviços, foi para outro local que não para o Parque de Campismo. Tinha dado indicação para cumprir com aquilo que tinha sido acordado. Se existia relva em casa de particulares na Praia de Mira, não tinha conhecimento, teria que colocar um processo de averiguações, porque era a primeira vez que estava a ouvir falar naquilo. Agradeceu a observação, porque não tinha conhecimento. No que tocava à relva que estavam a retirar, fruto da requalificação do Estádio Municipal de Mira, existiam inúmeros pedidos, inclusive da Junta de Freguesia da Praia, o que tinha respondido ao Senhor Presidente, não foi que não dava, e passou a ler o e-mail que lhe tinha enviado, ***“Caro Presidente, acuso a receção do seu e-mail, respeitando esta matéria, vários têm sido os pedidos de diversas entidades. Iremos analisar os mesmos dando prioridade à instalação da relva no benefício de outras instalações...”*** porque o Senhor Presidente tinha pedido para eventos, não para uma instalação definitiva,”... ***para realização de eventos ocasionais, nós próprios iremos constituir Stock para***

o efeito, podendo essa autarquia solicitar sempre que necessário.” Assim como o Senhor Presidente pediu relva para eventos, como Centro Cultural pediu relva para eventos, como outras associações pediram relva para eventos, julgava que não faria sentido haver quatro ou cinco a ficarem com Stock de relva para realização de eventos. Não iriam conseguir responder ou diferir todos os pedidos, naquele espaço que conseguiam requalificar, e teriam que o avaliar, foi dado prioridade aquela situação da Junta de Freguesia dos Carapelhos por causa da abertura do ano escolar e foi a única, mais a relva que transportaram naquele fim de semana para o recinto do Paddock, de resto não foi cedida mais nenhuma relva. Iriam analisar a curto prazo, mas pretendiam deferir o máximo de pedidos possíveis, criar um Stock de Relva para os vários eventos para que todos pudessem utilizar, juntas de freguesia ou associações.-----

Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:-----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)** referiu que relativamente à questão da relva sintética que foi removida do Parque de Campismo e que foi utilizada no torneio de 3 para 3 de organização da secção de desporto do Centro Cultural da Praia de Mira, era preciso ter noção que a relva que estava no parque de campismo desde 2018, não era propriedade do município, nem propriedade da Junta de Freguesia nem propriedade ninguém, tinha sido do evento e UMM de 2018, que tinha sido trazida por parte da organização e que foi deixada no parque campismo, para beneficiação e para utilização do parque de campismo, e bem, o problema é que desde 2018 até 2024, aquela relva ficou dentro do parque campismo ao abandono e tendo ficado ao abandono, foi necessário fazer uma limpeza e um transporte daquela relva que custou dinheiro à Junta de Freguesia Para que aquilo, para que aquele material pudesse ser utilizado, porque aquele material não estava em condições de ser. A Junta de Freguesia não tinha qualquer interesse em ficar com aquele tipo de material para si próprio. Tinha interesse é que aquele material pudesse ser utilizado em benefício das populações. O que achou estranho foi, a secção ter pedido para guardar aquele material no armazém da junta, porque tinha-lhe sido dito que aquele material não iria ser guardado por parte da Câmara Municipal e no mesmo dia foi para casa de particulares, aquela relva, com o conhecimento generalizado dos funcionários do município e com o conhecimento do

executivo. Se o executivo chegava à Assembleia Municipal e já não se lembrava, estava tudo muito bem, era conhecimento geral de toda a gente e não iam para ali fazer de conta que não conheciam as coisas porque conheciam, e era do conhecimento generalizado de toda a gente e conseguia-o comprovar por fotografias, por presença dos elementos, inclusive do executivo, que tiveram naqueles dias nos locais. Por isso, era preciso ter noção do que se dizia ali porque havia responsabilidades sobre as situações. Estava a pesar as suas palavras, tal como achava que, a Câmara Municipal também, de uma vez por todas, não ter a necessidade tanta de uma afirmação porque a afirmação que cada um podia ter, era através da sua prática, do seu trabalho. Não havia necessidade de tentar sempre apagar os outros e tentar que o outro desaparecesse. Não, porque os outros não desapareciam e iam continuar a trabalhar e a estar na sociedade mirenses e iam continuar a existir, por isso, não era com a tentativa de silenciar nem a Junta de Freguesia da Praia, nem as associações que faziam outro tipo de trabalho e tentar puxar os louros para cima do município, naquele caso concreto, num executivo que estava em fim de funções, que iam conseguir dar outro tipo de notoriedade ao seu próprio trabalho. Achava que quem fazia isso era quem tinha falta de, naquele momento podia afirmar, confiança em si próprio. Quem tinha confiança em si próprio não tinha necessidade de tentar silenciar os outros. Estava disponível para falar com todos, com a organização, falar todos e tinham todos a possibilidade de diálogo e de utilizarem as palavras. Não precisava de silenciar ninguém para afirmar as suas ideias, nem a sua capacidade, porque estava bem confiante do que tinha. -----

---- **Intervenção do deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, que na pessoa do Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção congratulando o executivo pelo início das atividades de enriquecimento curricular no primeiro ciclo do ensino básico. O executivo, garantiu no ano anterior, que elas teriam início em setembro, e de facto, começaram, lembrava que o início daquelas atividades em Cantanhede, iniciavam no primeiro dia de aulas. Aproveitando estar a falar de educação, questionou o executivo, para quando uma intervenção na Escola do Segundo Ciclo, um pouco a imagem da Escola Secundária, segundo relatos que receberam, os balneários femininos estavam sem portas, tendo as meninas que se equipar assim. Aproveitava para questionar também, para quando intervenções relevantes nas escolas do primeiro ciclo e jardins de Infância. Em Mira, haviam escolas e jardins com aquecimento muito

deficitário, em que chovia nas salas de aula e onde não havia telheiros para as crianças em dias de chuva, para não falar de equipamentos informáticos que muitos estavam completamente obsoletos. Aproveitou também para desafiar o executivo a comprometer-se com o arranjo do Largo de Portomar no prazo de um ano, um pouco à imagem das AEC. Os lancis e estacionamento estavam completamente degradados. Também seria importante pensar os sentidos de trânsito, nomeadamente na rua das escolas, não só junto à pastelaria arcada, bem como na intersecção com a Rua do Falhamim. Em Mira o trânsito também merecia atenção, nomeadamente, e já tinha sido ali falado na rua do Chãozinho, na semana anterior esteve um autocarro avariado na 109, em frente à Câmara Municipal e foi a completa confusão e anarquia naquele período das 8:30h, ali com dois sentidos na Rua do Chãozinho. Esperava que o relvado sintético, como tinha sido afirmado ali, não aparecesse em casas particulares e que fosse cedido com critérios e coerência, porque pareci-lhe que era grave o que foi ali afirmado pouco tempo antes. E, por fim, gostaria de falar de turismo e mostrou uma foto que era a imagem que muitos turistas, que imprimiu livraria Miradouro, aquela imagem demonstrava a completa inexistência de uma política turística para Mira, promoção turística, aliás. Dois estabelecimentos comerciais a promoverem os seus produtos, à entrada do concelho, um a promover hambúrgueres e o outro pastel de nata, desde logo mostrou toda a solidariedade para com os comerciantes que se sentiam na obrigação de substituir a autarquia para atrair clientes, porque se viam apertados com a máquina do Estado, ou seja, a segurança social e as finanças. Mas naquela imagem viam também uma falta de uma imagem forte que o concelho necessitava, e que fosse apelativa e que os identificasse fora de portas. Questionou ali todos os presentes, se aqueles outdoors seriam possíveis em Cantanhede, Vagos ou Montemor? -----

---- **Inteiveio o Deputado Pedro Laranjeiro (PSD)**, que após cumprimentar todos, afirmou que a sua intervenção ia para a requalificação das fontes que a Junta de Freguesia de Mira estava a exercer nas fontes do Concelho. Já era um trabalho que tinha que ser feito há muito tempo, estava muito bem, quis enaltecer e dar os parabéns à junta de Freguesia de Mira, obrigado. -----

Findas as terceiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, começou pela intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, pensava que as acusações que fez ali eram graves e se tinha conhecimento concreto das pessoas quando foi transportado o material pertencente ao município, mais valia dizer os nomes para terem conhecimento. Aquela questão de silenciar também não tinha percebido, mas não queria entrar naquele tipo de discussões, porque às vezes andava à volta dos temas em vez de ser concreto e depois fazia aquele tipo filosófico de andar à volta do tema e silenciar, não percebia, sinceramente, não percebia o que é que queria dizer com aquilo, portanto, eram insinuações e não passavam de insinuações. Não sabia o que é que havia de responder, portanto, se fosse concreto, podia responder, senão, também sabia fazer insinuações e não queria entrar por ali. Relativamente ao Deputado Augusto Miranda sim, pedia desculpa pelo atraso nas atividades de enriquecimento curricular, às vezes, os procedimentos não eram como pretendiam, tentavam que as coisas acontecessem em simultâneo, ou seja, abertura do ano letivo correspondia também à entrada em funcionamento das AEC, mas o que era facto era que muitas vezes os horários eram reduzidos e havia dificuldade em encontrar pessoas que quisessem fazer e que tivessem qualificações para o fazer. Já tinham reduzimos em número a oferta que tinham e a nomenclatura, o nome da disciplina, para ser mais abrangente, por exemplo, para caber mais artes, mais desporto, mais atividades que pudessem ser enquadradas. Se fossem mais específicos, cada vez se tornava mais difícil, e também muitas vezes, quando as pessoas eram colocadas naquelas atividades era temporário, estavam sempre à procura de algo mais, um horário melhor e um, obviamente, vencimento melhor também e por isso muitas vezes as colocações eram temporárias e deparavam-se, mesmo após o início das atividades, passado uma semana ou um mês, quando encontravam melhor, iam embora e tinham que voltar outra vez em a tentar encontrar as pessoas para satisfazer e preencher os lugares, portanto, era sempre difícil dar a resposta conveniente. Felizmente estava a arrancar e esperavam que tudo corresse bem dali para a frente. Relativamente à intervenção do Segundo Ciclo, e já tinha ali referido também naquela Assembleia que fizeram uma grande intervenção na escola secundária e uma outra candidatura que já tinha sido aprovada para a instalação do novo bloco, mais um pavilhão, e à sua semelhança, também fizeram uma candidatura que já tinham submetido para a requalificação de toda a EB 2. Naquela requalificação,

que ainda era maior do que a da Escola Secundária, estavam a falar de mais de sete milhões de euros só para EB2, estava contemplado tudo e mais alguma coisa, desde a requalificação dos blocos, à parte dos tetos, das envolventes, à requalificação também do espaço desportivo e os balneários, referiu que também precisavam de requalificação de melhoramento. Portanto, aquela candidatura previa aquela grande intervenção. Restava esperar, teriam algumas garantias que todos os pedidos iriam ser satisfeitos, e todas as candidaturas contempladas ainda até ao final daquele ano. As intervenções nas EB1, após um levantamento feito pelos serviços, havia prioridades, tinham coisas que eram mais urgentes fazer, sabiam das dificuldades e de um problema existente também, que a Junta de Freguesia de Mira tinha andado atenta na resolução através da infiltração que existia no telhado, que nem sempre era fácil. Tentavam ser breves, porque rapidamente vinham a época das chuvas, depois seria mais difícil. As intervenções que referiu em Portomar, eram variadas, tinham intenção, de requalificar ali algumas artérias, sobrelevar pisos, colocar sentidos únicos no Largo 5 de Outubro, mas também sabia que ia ser intervencionada a Rua do Falhamim, a Rua dos Corgos, a Rua da Encarnação, nomeadamente com requalificação dos pisos após a intervenção para saneamento. Relativamente ao turismo e ao cartaz que tinha mostrado, haviam concessões no município e, portanto, as publicidades estavam concessionadas. Quem ganhou a concessão tinha um prazo para cumprir e obviamente que aquilo seriam pagamentos de particulares ou de empresários em nome individual, que lá colocavam as publicidades. Realmente estava colocado numa rotunda à saída da A17, não podiam controlar o que é que lá seria colocado, a não ser que fosse ofensivo, portanto, cumprindo as normas e as boas práticas, se queriam fazer publicidade ao pastel de nata ou outro produto qualquer, portanto, não tinham como evitar porque pagavam ao promotor para lá ter o seu espaço publicitário e, portanto, enquanto decorresse os prazos que estavam fixados, não teriam grande coisa a fazer. Não concordava com o Deputado quando este dizia que não tinham uma estratégia de publicidade para o município, pois nos espaços institucionais que tinham, a publicidade era frequentemente colocada a tempo dos eventos que estavam para se realizar e após a sua concretização, eram retirados e colocados novos a anunciar o próximo evento. Queria referir, por exemplo, ali na rotunda da Matilde Soares, assim chamada podemos lhe chamar outro nome, tinham inclusivamente um cartaz num espaço que era do município com três

grandes eventos em que estava lá a gastronomia, a columbofilia e Aquabike, que tinha acabado de se realizar no fim de semana anterior. Não tendo mais espaços, optaram por fazer na mesma tela publicidade de três grandes eventos, mas pronto quanto aos particulares, eram particulares. Relativamente à intervenção do deputado Pedro Laranjeiro, a Junta de Freguesia de Mira tinha feito um grande trabalho de requalificação das fontes e dos fontanários, sabia o que isso era porque a freguesia de Mira era bastante extensa e tinha muitas fontes espalhadas em várias localidades, muitas delas que nem eram conhecidas a sua localização, e o facto de terem feito a requalificação e posteriormente terem feito a publicação também ajudava a mostrar o trabalho que era feito pela junta e era bom que houvesse, se calhar um roteiro como o Senhor Presidente já referiu aqui há algum tempo, o roteiro que levasse as pessoas a passar no itinerário, que englobasse todas as fontes. Pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente para acabar a resposta.-----

---- **Interveio o Sr. Vice Presidente** disse que relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, repetiu que o que tinha sido acordado com a associação requerente da relva foi que saía do espaço que era do município, a relva que também era do município, estava no espaço e assim foi acordado com a associação que emprestada e que era devolvida, se foi para um privado, como já tinha dito, não tinha conhecimento nem o executivo municipal, portanto, o que tinha acabado de dizer é que era um mentiroso. O Deputado Francisco Reigota usou da palavra sem autorização interrompendo diversas vezes a intervenção do Sr. Vice-Presidente ao que este respondeu, que não o tinha interrompido enquanto esteve a falar que tivesse calma, que bebesse um copo de água para se acalmar. O Deputado Francisco continuou a interromper obrigando à intervenção do Sr Presidente da Assembleia reestabelecer a ordem naquela Assembleia. Continuou a intervenção, o Sr. Vice-Presidente que alertou o Deputado Francisco Reigota que, não podia responder às perguntas, fazia as questões e sempre que ele queria falar, não o deixava falar. Mas ia acabar de falar, continuou, disse que a associação usou a relva emprestada com a condição de ser devolvida. Ao voltar a ser interrompido insistiu que ia concluir, que sabia que custava ouvir as verdades, mas ia concluir e ia repetir novamente. A associação pediu-lhes a relva, foi emprestada com a condição de ser devolvida, se havia privados que tinham relva em casa, iam averiguar, o executivo municipal não tinha

conhecimento.-----

---- Após nova interrupção por parte do Deputado Francisco Reigota, o Sr. **Presidente da Assembleia** voltou a intervir pedindo para se respeitarem uns aos outros, quando alguém usava da palavra os outros a seguir tinham direito de resposta. Para isso existia o direito resposta, o regimento era para cumprir, não podiam estar a interromper permanentemente, o Deputado estava a ser mal-educado, que também não gostava quando estivesse naquela tribuna, tivessem sempre a falar por cima dele e a interromper. Pediu ao Sr. Vice-Presidente para continuar a sua intervenção. -----

---- **Retomou a palavra o Sr. Vice-Presidente**, que disse pela terceira vez, que a associação pediu um empréstimo da Relva ao que acordaram com a condição de ser devolvida a relva, que estava no parque de campismo. Se houvesse proprietários, pessoas privadas que tinham a relva em casa, como ali tinha sido afirmado, do qual ele não tinha conhecimento, nem o executivo municipal tinha conhecimento, iam averiguar. Todo o resto das acusações, insinuações que tinha feito, o Senhor Presidente da Junta tinha aquele estilo de política que não era o dele. Eles estavam ali, não faziam tudo bem, erravam e estavam ali para assumir as responsabilidades. Agora, aquele tipo de política de lama, que não contasse com ele.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

----**Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, que de forma direta e então no tempo do Partido Socialista, disse ao senhor vereador para fazer o que tinha acabado de dizer, que fosse consequente e abrisse então um processo sobre aquela temática. E que fosse consequente porque estava numa função em que devia ser consequente. Ele não queria abrir processos nem a caça às bruxas de ninguém, simplesmente estava a dar informação ao executivo sobre uma matéria que devia ser então tida com seriedade, porque não estava ali com política da lama, nem estava no bota abaixo com ninguém, estava de forma direta, concisa e com responsabilidade a dizer que foi uma máquina da Câmara Municipal de Mira que foi colocar a relva sintética nos vários espaços, nomeadamente dentro do estaleiro da Junta de Freguesia da Praia de Mira. Por isso que assumissem a responsabilidade, porque quem estava naquele momento nos cargos

de chefia era ele e aquele executivo, por isso não tinha qualquer tipo de responsabilidade sobre aquilo. Conseguia comprovar passo por passo o que é que estava a dizer, e não estava com política nenhuma de lama e voltou a dizer que fossem bem diretos sobre todas as matérias, porque o Senhor Presidente, ainda sobre os stands do São Tomé, respondeu publicamente coisas de ataques à sua família, onde a seguir nomeou o seu nome, ao que perguntava uma coisa muito simples, onde é que o Francisco Reigota, onde é que o Partido Socialista em algum momento fez ataques à sua família, em algum momento andou na política do bota abaixo e de uma vez por todas, fossem consequentes e afirmassem o que diziam, porque havia um membro nomeado político por aquele executivo do PSD, de responsabilidade do atual Presidente da Câmara, porque o Presidente da Câmara era o responsável pelos nomeados políticos, que ia para o Facebook, que ia para as redes sociais achincalhar ou tentar achincalhar o bom nome dos eleitos do Partido Socialista, nomeadamente o dele onde dizia que o Chico da Junta da Praia era o Galo Mirone, onde fazia afirmações brejeiras e onde ele de uma vez por todas não admitia isso e a partir daquele momento, dizia sinceramente, teriam de comprovar aquelas várias afirmações, mas era nos tribunais e noutras instâncias, porque iam ter de terminar. Com uma política de teatro que era o que ali estava a acontecer no Concelho de Mira. Relativamente a tentar silenciar quem dizia as verdades, ele naquele momento entrava numa discussão de ter cara, de ter rosto e dizer de uma vez por todas que não admitia a tentativa de colagem de qualquer elemento do Partido Socialista a situações menos claras naquele Concelho, porque eles tinham rosto, tinham defendido as suas ideias e iam continuar a defender o Concelho de Mira, todos os dias, quisessem ou não quisessem e gostassem ou não gostassem. Aquilo não era falta de educação, aquilo era frontalidade. E serem diretos porque na política tinha de haver, as duas partes, mas numa das partes não podia estar a verdade toda, nem podiam querer silenciar regularmente os eleitos porque a seguir o Partido Socialista tinha poucos minutos, e eles tinham meia hora para continuar a fazer o que quisessem e a dizerem o que quisessem, mas mesmo assim não iam conseguir silenciar o Partido Socialista e os seus eleitos. -----

---Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia (PSD) que lembrou ao Senhor Deputado Francisco Reigota, que como acabado de verificar, ninguém o tinha interrompido enquanto usava da palavra, tinha dito aquilo que quis que entendeu e

ninguém o interrompeu. E era assim que era bom, que fossem assim para todos que era para aquilo funcionar. -----

---- **Interveio a Deputada Maria José (PS)** que cumprimentou todos na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia. Estavam então ali no rescaldo do Campeonato Europeu da Aquabik e naturalmente encontravam-se todos satisfeitos com a realização daquele evento, e com todos aqueles que os visitaram e que contavam que voltassem. Deu os parabéns aquele executivo, em especial também por todo o trabalho de limpeza que já tinha sido feito, ainda assim, perguntou, em nome de muitos moradores ali junto das margens da barrinha, porque é que só agora limparam aqueles terrenos e se esforçaram também por tapar aqueles buracos, que funcionaram durante a época balnear como um parque estacionamento sendo também o acesso a muitas habitações. Aproveitou também para questionar acerca da falta da sinalização rodoviária junto à rotunda da Vala das Lavadeiras, que continuava a representar um perigo para todos aqueles que ali passavam, bem como o embelezamento da dita rotunda que de provisória pareceu-lhe que já tinha passado a definitiva. Como se encontravam num período de reflexão em relação à época balnear, perguntou se aquele Executivo se sentia satisfeito com aquilo que tinha sido feito durante os meses de Verão relativamente à animação e ao público que os visitou.” *Mira parou no tempo em algumas coisas*”. Aquela era uma expressão que com certeza todos já tinham ouvido, no seu entender nada tinha de mal, parar no tempo desde que se cuidasse e restaurasse aquilo que o Concelho tinha como potencial. No seu entender e no de muitos, aquilo não tinha sido feito. Aproveitou para perguntar sobre o Skatepark. Em relação à Mostra, a Mostra fez 25 anos e relativamente aquele certame, uma pequena nota, já que eram as pequenas coisas que os faziam grandes. Como sabiam, cada português desperdiçava, em média, cerca de 180 kg de comida por ano, apesar da subida recorrente dos bens alimentares. Teve a oportunidade de constatar que, na abertura do dito evento a mesa reservada aos eleitos locais era uma mesa farta, com muitas doses de comida, algumas delas por encetar, intocadas. Visto que o exemplo devia vir de todos, perguntou, qual o critério utilizado por aquele executivo no convite feito aquelas pessoas e deixava a sugestão num próximo evento, depois da confirmação das pessoas que se distribuísse uma senha de forma a racionar a comida, evitando assim o seu desperdício. Gostaria ainda de dizer que era de louvar os Bancos do Milénio BCP, que já se encontravam virados para a

estrada, e também a coerência utilizada na rotunda da Praia de Mira à entrada coerente com o lettering da avenida da marginal. -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, cumprimentou todos e continuou com o evento Aquabike, perguntou quais tinham sido os critérios de adjudicação para o serviço de catering, de que forma é que tinha sido efetuado e qual o valor de adjudicação. No que tocava à área da saúde, teve conhecimento há uns dias que há uns anos foi montado um serviço de estomatologia completo no Centro de Saúde de Mira, perguntou porque é que nunca foi utilizado. Havia outra questão relativamente ao Corticeiro de Baixo. Há três anos naquela Assembleia, solicitou que algo fosse feito em relação às marcações rodoviárias na Rua Principal, à data o que é que tinha sido feito? Reforçou ali que aquela zona em frente ao café São Bento era extremamente perigosa. Tratava-se de um cruzamento e os carros não se apercebia que haviam duas faixas, e então tinha tudo para correr mal, era urgente fazer alguma coisa em relação aquela situação. Tocando também no Corticeiro de Baixo e pegando na intervenção da caríssima Presidente da Junta dos Carapelhos, perguntou se no plano da ABMG estava incluído também alguma Rua do Corticeiro ou se era mesmo afeta apenas e só aos Carapelhos. Última questão, o ano letivo iniciou sem que os alunos tivessem cartão de estudante, que era essencial pelo menos para o controlo de entradas e saídas. Gostaria de saber se aquela situação já se encontrava regularizada. -----

Findas as quartas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS) -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, afirmou que era bom que se fizessem alguns esclarecimentos, e as frontalidade deviam ser tomadas, voltava a dizer que não tinha problema nenhum em encarar fosse quem fosse. O senhor esteve agora ali a falar, estava a falar para o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, esteve ali a falar, o tempo quis, o que quis, ninguém interrompeu. Era assim que devia ser! Portanto, quando ia para ali, também gostaríamos, às vezes, de dizer isto e aquilo e não diziam porque mantinham a sua postura e era assim que devia ser. Quando estivesse a ouvir as explicações que lhe estavam a ser dadas, era aquela a postura que

era bom que tivesse também. Relativamente à deputada Maria José, ficou agradado em nome do município pelas várias vezes que já ali tinha sido referido “os parabéns” pela realização da motonáutica, e era sem rodeios nenhuns que quando se faziam as coisas bem feitas que assim fosse. Acreditava que aquela frontalidade e aquela realidade constada, era transversal a toda a gente. Realmente, não tinha sido fácil organizar um evento daquela dimensão, até porque, sendo regras mais apertadas por ser campeonato da Europa, obrigou a uma série de entidades que também eram internacionais. A nível local, além do Executivo, a quem deu já os parabéns e já tinha tido oportunidade de o referir ao Senhor Vice-Presidente, ao senhor Vereador Bruno e a toda a equipa de técnicos e assistentes operacionais, também tiveram a envolvimento de outras entidades que eram fundamentais para que aquilo resultasse. Estava a falar da Proteção Civil, estava a falar dos Bombeiros Voluntários, estava a falar dos Nadadores Salvadores, estava a falar da GNR, estava a falar de uma série de organismos que eram necessários para que aquilo tudo resultasse. Ficava contente com o resultado final, portanto, nos seus cálculos, tinham estado em Mira no dia anterior, na Praia de Mira, cerca de trinta mil pessoas. Portanto, conjuntamente com os outros dias podiam à vontade falar, se calhar, de cinquenta ou sessenta mil pessoas que nos dias todos por ali passaram. Relativamente à limpeza dos terrenos e toda a envolvente, tinham que ter ali alguma cautela e a alguns preparativos para fazer as intervenções, como sabia, aqueles terrenos não eram municipais, portanto, eram particulares, tinham partido logo para o diálogo, para ver se era possível a apresentação da prova no estado em que era, o espaço que precisavam de ocupar, e pedir-lhes autorização para o fazer e tendo tido essa anuência, obviamente que agora estavam num processo de tentativa de aquisição daqueles terrenos para futuros eventos que possam ali ser concretizados e, portanto, era do interesse municipal adquiri-los também, mas tudo o que podiam ou não podiam fazer tinha a ver com aquilo, portanto, os particulares eram os legítimos donos daquilo e tinham ali algumas restrições também. Por isso é que nem toda a intervenção podia ser feita quando queriam, nomeadamente a que falou, durante a época balnear. A rotunda das Lavadeiras, da Vala das Lavadeiras, não passou a definitiva, estavam atrasados, sim, com as marcações, com aquilo que já tinha anunciado, que já tinha ali referido também pelo resto da Avenida e não estava terminada, deveria estar, mas ainda não tinha sido concretizada, mas a promessa era

que fosse. Se estavam satisfeitos pela animação da época balnear, obviamente nunca estavam satisfeitos, queriam sempre mais. Obviamente que quando acabava um evento faziam sempre uma reunião de balanço dos aspetos positivos e dos menos positivos, obviamente que tinha acabado no dia anterior a Aquabike e já estavam para fazer reunião de avaliação do evento porque tinham a noção, que havia coisas que era preciso melhorar, portanto, naquela reunião de avaliação, ponderavam sempre o que foi mais positivo e menos positivo. Obviamente que se tivessem condições monetárias para contratar grupos de maior dimensão, artistas com um nome maior, não menosprezando claro quem atuou lá, seria mais concorrido, as pessoas gostariam mais e além de serem alguns dias até poderia ser todos os dias todas as noites. Mas obviamente tinham que fazer a gestão do orçamento previsto para a parte de animação balnear. Se estavam satisfeitos, se havia coisas para melhorar, claro que havia coisas para melhorar e haviam de fazer a avaliação para a próxima época balnear. O Skatepark fazia parte de três orçamentos participativos que aguardavam concretização. Tinham tido alguns problemas concretamente com a localização do skatepark porque, não era por má vontade do município, tinham tido alguma dificuldade com as entidades que aprovavam ou não aprovavam as localizações, nomeadamente ICNF e a Agência Portuguesa do Ambiente, que não deixavam concretizar os projetos onde tinham vindo a informar e, portanto, enquanto aquele problema não estivesse resolvido, não conseguiam fazer a sua concretização, a não ser que fosse numa localização alternativa, que se calhar não era aquilo que se pretendia. Era demasiado isolada ou fora de mão, pretendiam que fosse o mais central possível para todos terem acesso fácil, mas estavam a lidar com aquele tipo de dificuldade que tinham que saber ultrapassar. Relativamente à comida que afirmou os 180 kg de comida desperdiçada por ano, era um valor astronómico, não tinha noção daqueles números, mas acreditava na pesquisa que a Deputada tinha feito para chegar aqueles valores, e, portanto, sendo assim, sabiam que havia tantas famílias, tantas crianças que necessitavam e tinham dificuldades àquele nível, era quase um crime que as coisas acontecessem daquela maneira, queria dizer que estava mal distribuído. O que se passava naquele evento era que tendo os restaurantes e associações aderentes, queriam satisfazer todos e em função das confirmações das pessoas que dizem que iriam estar presentes, encomendavam um determinado plafond a cada uma delas, depois, cada um trazia as suas iguarias, os seus petiscos que ficavam

à disposição na mesa. O que acontecia muitas vezes era que pessoas que dizia que vinham e estava a falar de às vezes não eram meia dúzia, ultrapassava as dezenas e quando davam por ela, aconteceu o que aconteceu. Também não ficaram contentes, mas iam ter que ser mais concisos. Iam ter que pressionar mais para quem garantia que vinha, que viesse mesmo para não haver aquele tipo de desperdícios. Agradeceu o alerta. Relativamente à deputada Andreia Petronilho, os serviços de catering, o procedimento foi feito, fizeram uma prospeção de mercado que os levou ao tipo de serviço com o que pretendiam que fosse fornecido, chegaram aquele particular que fez o serviço. Convinha esclarecer que aquele serviço era para o staf e para o pessoal que estava a trabalhar no recinto. Portanto, quando dizia staf era as equipas de montagem e desmontagem das entidades que estavam lá, mais uns funcionários municipais, mais os agentes das diversas autoridades que estariam de prevenção e de serviço, não era para pilotos, não era para familiares de pilotos, não era para as restantes. Depois, a parte da Federação Portuguesa de Motonáutica resolveu adjudicar, atribuir à mesma entidade a exploração do bar e do restaurante que lá ficou montado, pensava ele que teria sido assim, mas não era de responsabilidade municipal. Quanto às marcações rodoviárias junto ao café de São Bento, já tinha referido também à Senhora Presidente da Freguesia de Carapelhos, que quando fizessem as intervenções na freguesia, aquelas também estariam lá contempladas, nomeadamente a elevação, não era só as pinturas, mas também a elevação junto ao café São Bento. O saneamento para Corticeiro de Baixo não estava previsto a curto prazo, as intervenções que tinha conhecimento das ruas a intervencionar no EFV da ABMG eram na freguesia de Carapelhos, mas na povoação dos Carapelhos. Pedeu autorização para passar a palavra à Senhora Vereadora Madalena para a resposta à parte da estomatologia. -----

---- **Interveio a Sr.ª Vereadora Madalena Santos (PSD)** que após cumprimentar os presentes esclareceu que o equipamento existente era o mesmo equipamento desde há mais de 20 anos, nada tinha sido substituído. A cadeira e o RX eram exatamente os mesmos, o que aconteceu há mais ou menos três anos foi abertura de um concurso para colocação de dentistas nos Centros de Saúde, sendo que a maior parte das vagas ficaram desertas, provavelmente o ordenado de nível 1 técnico superior não era aliciante para os novos especialistas. Com as novas obras e depois de recolocar os equipamentos, iriam tentar junto da ULS abordar aquele tema para colocação de

estomatologista, ou higienista que eram as novas aberturas de concurso, para mais higienistas e não para dentistas.-----

---- **Interveio o Vereador Bruno Alcaide(PSD)** que após os habituais cumprimentos, afirmou que realmente houve um atraso nos serviços a pedir os cartões para o quinto ano, naquela semana seria tudo regularizado. -----

---- **Interveio o Sr. Vice-Presidente (PSD)** quis dar duas notas muito curtas, concordar com tudo o que o Senhor Presidente disse, que efetivamente, tiveram uns meses muito dinâmicos, tinha que reconhecer ali, fazer um agradecimento público a todas as equipas que desde o Santo Tomé até ao dia 30 de setembro porque, ainda naquele mesmo dia, ainda estavam a desmontar a motonáutica, fizeram um trabalho soberbo e muito desgastante. Era bom, era muito bom, não menosprezando as questões e as evidências que ali estavam a questionar, que fossem ao pormenor e não ao fracasso, ou não numa parte negativa na dimensão global dos eventos, portanto, não o levassem a mal, porque efetivamente foram meses de muito trabalho para todos os eventos que, juntamente com o vereador Bruno Alcaide e com as suas equipas organizaram, e pegando naquela última, como o Senhor Presidente já tinha dito para terem noção, ainda lhes foi dito pelo **IME** pela H2O, que foi só a melhor prova do Europeu, só a melhor prova do Europeu e no dia anterior, para quem estava na Praia de Mira e ouviu o piloto Paulo Nunes de Freestyle, que disse que só talvez na Indonésia tivesse tanta gente como houve ali na Praia de Mira. Quis deixar aquele agradecimento a toda a equipa, a todos os parceiros, inclusive a Junta de Freguesia da Praia de Mira, que os ajudou no evento da motonáutica e pedir desculpa porque com toda aquela dinâmica cultural e desportiva e de eventos, nem sempre conseguiam responder a todos os outros pedidos, nomeadamente alguns que estavam sob a sua alçada de intervenção pública, e alguns e-mails certamente sem responder, porque às vezes não era humanamente possível chegar a todo o lado, e fazia também ali aquele pedido de desculpas por alguma coisa paralela que depois não conseguiram fazer no imediato.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

5.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Zélia Morais (PS)** que cumprimentou todos os

presentes. Referiu que na sua primeira intervenção pretendia saber se existia alguma planificação ou projeto e qual a empresa a que tinha sido entregue os alcatroamentos, que tanta polémica estavam a causar no concelho. Segundo, no mesmo assunto, pretendiam saber se tinha havido concurso. Era do conhecimento geral, os cantos e recantos que tinham levado belas camadas de alcatrão a quente, gostaria de obter uma resposta clara, ou numerar as outras que não tiveram um pingão naquele percurso de quase doze anos. Em Carrumeu, porque é que a estrada que serve o depósito da água estava naquele Estado? Outras ruas onde também viviam pessoas, eram a Rua da Chavinha, a Rua dos Barros, em estado lastimável. No Centeal tinham a Travessa do Campante, a Rua das Corredias, na zona, entre a farmácia e as análises clínicas Mira, tinham uma viela que também não tinha qualquer intervenção até a nível de limpeza. Em Portomar, por trás da Escola da Música, a Rua da Encarnação, a Rua do Falhamim, outras mais podiam referir na parte sul do concelho, a Rua do Salgueiro no Ramalheiro, mas o benefício foi para o Colmeal. Outra intervenção reportava-se ao património, pois já várias vezes referiu, enquanto o Senhor era Presidente da Junta e criou a chamada Feira de Velharias, tinham no centro da Vila um espaço que deveria ser respeitado e cuidado, o Pelourinho, a Memória do Senhor Visconde, que doou aquele espaço ao município e o Infante Dom Pedro que lhes trouxe autonomia. Todos aqueles na última Feira pareciam estendais adornados com quinquilharias, era aviltante aquela falta de organização que pressupunha falta de regulamento e de fiscalização. Na sua passagem também constatou o espaço contíguo à Câmara adornado de belos azulejos, que reportavam a história de Mira sujados partidos e até arrancados com buracos, dando uma má imagem e uma falta de zelo que se reportava também para o Lago que estava em péssimas condições, pretendiam também aterrá-lo como fizeram na Praia, em frente à piscina? Má imagem para quem os visitava e fotografava para levar memórias. O seu património era tão pouco que deviam ter outro tipo de zelo. Finalizava com duas questões, com um espírito de solidariedade para com os concelhos vizinhos assolados pelos fogos desbastadores, perguntava se o Concelho tinha resposta, plano eficaz para defesa das populações, se de novo enfrentassem uma calamidade daquelas, após sete anos, tinham uma floresta destruída que não se vislumbravam cenários verdes. Não havia trabalho como na Tocha em que diariamente as pessoas cuidavam, regavam, protegiam e replantavam. Sabendo que existiram algumas casas florestais que

passaram para a Câmara Municipal através do programa referente ao património obsoleto do Estado, gostava de saber quais eram aquelas casas, o que tinham previsto para cada uma de forma individual e em que ponto estavam.-----

--- **Interveio o deputado Carlos Nora (PS)**, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, os restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os seus colegas de bancada, a comunicação social, os técnicos da autarquia pública, público em geral e público lá em casa. A primeira questão tinha a ver com as Cavadas, que havia uma grande preocupação com as abelhas asiáticas nas Cavadas. Tinha lá uma pessoa que era seu cliente que apanhava cerca de duzentas e cinquenta abelhas asiáticas por dia. Tinha um instrumento e mesmo assim a situação era muito complicada. Uma abelha asiática comia cerca de dezasseis abelhas das que fazia o mel, portanto, era a situação lá de várias pessoas, vários apicultores nas Cavadas, a situação era mesmo bastante preocupante, era só para chamar atenção da situação. Outra situação também, queria saber quando é que estava previsto o término das obras no estádio municipal, pois o Ala Arriba e a sua direção estavam ansiosas por jogarem lá. Também queria saber quando é que estava previsto o arranque da terceira fase, fazer a sede ao Ala Arriba, mais as casas de banho públicas no estádio municipal. Lembrou ainda da história que tinha ali falado sobre os multibancos na Lentisqueira, na praia da Barra de Mira, na localidade da Barra, ainda nada tinha sido feito e, portanto, era urgente que realmente o município se preocupasse com aquilo. Outra situação tinha a ver com o PDM e informar só, já deviam ter conhecimento que estava naquele momento a circular um abaixo assinado, extensivo a todas as pessoas que moravam no concelho e, portanto, não era uma situação de estar ali a tirar dividendos políticos, quem fez o abaixo assinado foi o Senhor Vítor Santos, comissário que era uma pessoa independente, que lhe mostrou o que tinha feito e ele concordou, convidou – os também a assinar o abaixo-assinado que passou a ler. *“Abaixo assinado. O Presente abaixo assinado tem por objetivo chamar a atenção das entidades responsáveis, nomeadamente concretamente da Câmara Municipal de Mira, para a necessidade de que a atual alteração do plano diretor municipal do Concelho abranja a dominada Rua Gonçalo Tavares, sita no lugar do Areal, Freguesia de Mira. Desenvolvimento: para reforçar tal necessidade dos cidadãos que assinou Presidente abaixo assinado e que se identificam todos os moradores deste município vem alegar o*

seguinte: um- a referida artéria apresenta já algumas casas de habitação seus primeiros duzentos metros do seu lado Sul; dois- a totalidade da rua encontra-se asfaltada desde o Areal até às proximidades da nova rotunda do antigo matadouro, na estrada nacional 234 Mira a Cantanhede; 3- os terrenos não urbanizados pertencem todos tanto quanto sabe a cidadãos moradores deste Concelho; 4- muitos proprietários destes terrenos apenas aguardam a urbanização dos mesmos para ali construírem habitações para si e para os seus descendentes; 5- é por todos reconhecida a atual crise na habitação em todo o país, sendo certo que, além de praticamente não haver casas no mercado para venda, os seus preços são proibitivos e mesmo escandalosos; 6- tanto a mais que está prevista. Legislação pelo Governo para que se possa facilitar a aprovação de construção de habitações; 7 -finalmente não se entende ou pelo menos não entendem os cidadãos que assim no presente momento, porque razão é a área de habitação do Concelho há-de crescer na direção de Portomar, Praia, Casal de São Tomé, Lagoa em outras localidades e não crescer aqui mesmo no Areal tão perto do centro da Vila e com todas as condições para o efeito. Conclusão- assim, tendo em conta todo o exposto, os mesmos cidadãos solicitam a Câmara Municipal de Mira, nomeadamente ao seu Presidente Assembleia Municipal, Presidente da Junta de Freguesia de Mira e a Assembleia da mesma Freguesia, que incluam na alteração do PDM que se encontra em curso sobre urbanização dos terrenos atualmente rústicos adjacentes à Rua Gonçalo Tavares sita em Areal Mira.-----

---- **Tomou a palavra o Deputado Gabriel Pinho (PSD)**, cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, respetivos do Vereadores e público em casa. Referiu que desde o São Tomé não tiveram mais nenhum uma Assembleia ordinária, ia falar sobre o São Tomé. O S. Tomé naquele ano para ele, tinha estado lá todos os dias, achou que tinha corrido muito bem, deu os parabéns por terem cá trazido todos os países que estavam geminados com Portugal, incluindo Cabo Verde, por isso gostou e muita gente que estava gostou do que viu. Falou também de críticas, não só da festa correr bem, mas ia falar do que tinha visto. Poucos efeitos, poucas plantas, era o que ouvia, não sabia porquê, no sítio do ensombramento das tasquinhas da gastronomia, estava pobrezinho, toda a gente dizia que aqueles efeitos que ali haviam que eram tão simples e tão baratos, calhando cortavam noutros lados, mas que faziam falta, davam colorido à festa, fosse ela uma passagem de ano, fosse ela um

batizado, fosse ela uns anos, tudo o que tinha colorido era bonito. Por isso estava ali uma rede de ensombramento que também parecia que estava ensombrada. Achava que não era ali que estava o dinheiro, não era ali que estava o gasto. Já perguntava há 30 anos, quanto custavam as festas de São Tomé até aquele dia, não ia perguntar porque nunca ninguém lhe respondeu também não ia perguntar naquele momento, aos anos que perguntava quanto custava os festejos do concelho, nunca ninguém lhe respondeu, por isso estivessem descansados que também não ia perguntar. Havia outra coisa, tudo correu bem, exceto algumas coisas. Não tinha estado, que não podia por causa da doença da sua mulher que tinha que ir cedo para casa todas as vezes, infelizmente, para lhe dar o medicamento certo porque senão já era um problema a seguir, mas todos os dias, às 9h, 9h e pouco, tinha que sair. O que aconteceu é que no último dia fez questão de ficar, tinha arranjado alguém que que fizesse serviço por ele, esteve até à meia-noite. Estava ali sentado numa mesa, mais uns amigos quando passou de noite fechada, com tudo armadilhado, com os foguetes, com as torres, um parapente a sobrevoar por cima de deles, sem luzes, meteu assim um bocado respeito e um bocado medo. Aquilo ali se, um homem sem luz se calhava de bater numa torre daquelas era uma desgraça. Começaram a fugir todos das mesas. Alguém telefonou para a Guarda, eles não atenderam, telefonou ele também em voz alta, estava com sete ou oito amigos na mesa a comer com eles, coisa que ainda não tido o prazer, de se sentar numa mesa, ainda foi maltratado por um Guarda, por um GNR, que não tinham nada a ver com isso. Esse GNR, por sinal, não quis dizer o nome dele, mas lamentou o acontecido, ou o acontecimento e ainda lhe respondeu que não tinham nada a ver com isso. Ora, eles sabiam bem de onde é que o parapente saía todos os dias, porque depois, disseram-lhe de quem era e todos os santos dias vinha dar a volta, no dia José Cid quase que entrava por dentro do palco. Resumindo e concluindo, essa foi uma parte para ele, muito, muito feia e achava que a Câmara devia fazer pelo menos um comunicado ao senhor comandante da GNR e se fosse preciso dizer o nome do agente que o atendeu, dizia-lhe o nome que ele lhe tinha dito. Disse-lhe ainda mais umas coisas que não devia dizer, mas infelizmente era quem tinham. Ia passar adiante. Quis dizer e dar os parabéns à Senhora Presidente da Junta dos Carapelhos da maneira que tinha a freguesia, ou teve a freguesia todos os anos, asseada, limpa foi um ano de muita chuva, nunca tinha visto terrenos, falava por ele porque além de estar reformado

continuava a fazer a sua agricultura, era tipo terrenos que os limpava três vezes e mesmo assim ainda estavam com ervas bastante grandes. A Junta foi o que se viu e teve que recorrer, como ele também quando foi Presidente da Junta, sempre recorreu ao herbicida. O herbicida era autorizado, era um herbicida que só era posto ou aplicado por quem tinha autorização e documentação para tal, por acaso ele no seu tempo tinha e o homem da Junta também tinha. A Junta teve a honestidade e fez tudo o que estava certo, falou com uma empresa que estava legalizada. Muitos meninos que só sabiam andar nas redes sociais, coisa que disse que não sabia nem queria aprender porque se aprendesse, se calhar era capaz de já ter ido parar a Tribunal porque também não era dos meios para tal, por isso, continuava a manter-se afastado. Aconteceu que haviam pessoas que tiveram a coragem de chamar a GNR, o Major andava a trabalhar, veio A GNR identificar a pessoa se estava autorizada a mostrar a alegação do produto, ainda não contentes com aquilo, ainda foram para os cafés uma delas, podia até quase dizer o nome mas também não queria, que só sabia sempre criticar, quando foi o corte dos sobreiros foi do pior que lá tiveram no Corticeiro, já lhe tinham dado os parabéns tantas vezes que os sobreiros estavam tão bonitos, mas foi aquele cavalo de batalha, também das mesmas pessoas. Era lamentável que fossem sempre os mesmos, que não soubessem virar a faca para o lado deles. Porque não tinham saneamento na freguesia de Carapelhos, mas essas pessoas 1,2,3, que se a Câmara quisesse mostrava outra vez, quando esvaziam as fossas, não chamavam a cisterna da Câmara, nem outra cisterna, votavam a correr para as águas fluviais e para passar o cheirinho durante 2,3,4 dias ninguém parava naquela rua. Por isso, se quisessem ele mostrava e dizia-lhes quais eram as casas, que era para as pessoas não se lembrarem, gostava que eles estivessem a ouvir, eles ou elas, naquele caso eram elas, gostava que ouvissem, que era para saber que também não andavam ali a dormir. E como disse, o produto, já do seu tempo, que se votava nas valetas, estava homologado. Já morreu um senhor, que era sempre uma guerra quando punha, até chegou a atravessar à frente do trator da Junta, porque ninguém votava à sua porta. Nem cartão lhe passava, passava à mesma porque fazia questão de andar sempre a acompanhar, naquele caso a votar o herbicida com o Homem, os dois tinham a capacidade e documentos para tal. Por isso, era o que ele tinha a dizer à Senhora Presidente da Junta, que não tivesse medo das críticas e fosse no seu caminho que ia bem, deu-lhe os parabéns. Era pena que não tinha mais

obras, mas a Câmara também não ajudava, iam ter o saneamento, que já tinha ouvido que iam começar lá, mas não sabia, há muitos anos que labutava pelo saneamento e não morria descansado, mas tinha que morrer sem o ver. Não sabia se era verdade, mas tinha lá na sua freguesia 105 m ao Deus dará, aos ratos, às toupeiras, mas tinham lá 105 m saneamento, já não era mau, não estava ligado, paciência. Por outro lado, ia falar noutra coisa. Não tinha ido naquele este ano, não tinha tido mesmo possibilidade, que era sempre sua intenção naquele dia, mas consultas com a sua mulher e outras coisas, não pode ir à gastronomia à Praia, mas já lhe tinham dito que tinha corrido bem, deu os parabéns por correr bem. Perguntava ali, porque tinha visto uma pergunta, e era uma pessoa que não gostava de ficar com nada lá dentro, sempre lá fora, não é como aqueles bêbados se embebedavam e depois não se aguentam lá com ele dentro, mas ele gostava de votar para fora, porque senão ficava com o estomago a arder, tinha visto ali uma pergunta, quando foi o evento das favas, quanto é que a Câmara tinha investido ao que tinha sido respondido “nada”, agora perguntava, todos sabiam que a Câmara é que pagava o evento de gastronomia da Praia, perguntava quanto é que a Junta da Praia investia? -----

Findas as quintas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:
5.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal(PSD)**, começou por responder às intervenções da deputada Zélia Morais, havia obviamente planificação dos asfaltamentos quando se tratava de fazer a contratação tinham que lançar os concursos públicos, tinham que ter as trâmites legais para que houvesse concurso para que a empresa viesse para o terreno e depois pudesse efetuar os trabalhos. Obviamente nunca conseguiam ter os montantes suficientes para alcatroar tudo o que era necessário, a Senhora tinha enumerado uma série de ruas, ele tinha apontado algumas, mas com certeza iam faltar, tomariam eles que houvesse dinheiro para fazer tudo em todos os lados. Obviamente queria dar as mesmas condições a toda a população, não conseguiam, portanto, tinham que ir por partes, e indo por partes, havia sempre quem ficasse contemplado, quem ficasse satisfeito e depois que as ruas onde não eram

contempladas, não ficariam tão satisfeitos, mas tentavam perceber sempre dentro todas as povoações que tinham, quais eram as mais necessitadas. Obviamente que haviam, já tinham as verbas destinadas para intervenções que ainda faltavam realizar em determinadas povoações do Concelho, a nível de asfaltos, de passeios e de recuperação urbana. Portanto, dizer como disse que em doze anos, poucas ou nenhuma ruas tinham sido feitas, havia uma série delas que tinham sido efetuadas, obviamente que haveriam muitas outras que não foram. Era sobre essas que se tinham que debruçar. Relativamente à Feira de Velharias e realmente foi quando ele foi Presidente da Junta de Freguesia de Mira que o evento tinha sido lançado, que muito o orgulhava, mas também igualmente se orgulhava que o atual Presidente da Junta de Freguesia, Carlos Costa, lhe tenha dado a continuidade, os melhoramentos que entendesse necessários e já levou para fora de Mira, também noutras povoações, quando era para realizar, e, portanto, ali estava um exemplo de um evento que foi criado e que havia de ficar, esperava por muito e muitos anos, independentemente de quem atravessasse os executivos da freguesia. Havia certas práticas que realmente não eram as mais convenientes, portanto, com certeza que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia tinha tomado nota daquela parte, porque cabia à junta aquela fiscalização, ele tomou nota convenientemente para tratar disso. Já que falou dos monumentos, aproveitou, também fizeram manutenção, um monumento em memória dos falecidos em combate, fizeram reposição do busto do Visconde da Corujeira que finalmente estava no seu lugar, fizeram limpeza de outros monumentos, nomeadamente ali, a que foram vistos pintadas as letras junto ao Tribunal e que na altura dos festejos de 25 de Abril foram utilizados para manifestações, para eventos, para comemorações e, portanto, queriam sempre preservar e manter o seu património, e obviamente que havia certas práticas que não eram as mais adequadas. Relativamente aos azulejos, na parte de trás do Jardim da Câmara Municipal, fizeram a requalificação, não sabia se tinha lá passado ultimamente, mas alguns foram feitos de novo, foram lá colocados porque tinham caído, mas nem sempre era fácil porque eram azulejos pintados à mão, tinham que ser feitos de propósito e tinham que ser com aquelas dimensões e enquadrar-se no restante desenho que lá estava. Relativamente aos fogos em Mira felizmente, daquela vez foram pequenos focos de incêndio, atempadamente logo intervencionados pela proteção civil e pelos bombeiros, que não passaram de pequenos focos quando não se

fazia intervenção conveniente ou atempadamente, podiam transforma-se em algo maior e era muito mais difícil de controlar. Ficaram todos solidários com os municípios que foram assolados pelos incêndios naquele ano, pelas vítimas, e tinham sempre a Proteção Civil e Bombeiros em quem confiavam, e que tinham os melhores serviços e meios para acudir no tempo certo. Deu o exemplo da Tocha que limpavam, faziam a manutenção, mas muitas vezes os Bombeiros de Mira saíam para acudir à freguesia da Tocha, município de Cantanhede, para fazer intervenções de ajuda para lá. Portanto, toda a gente que tinha terrenos devia realmente fazer a sua limpeza e manutenção, sabiam que nem sempre era fácil, mas quanto mais dimensão tivessem e quanto menos intervenção houvesse, mais propício seria a ocorrência de incêndios, esperavam que não. Para responder ao deputado Carlos Nora, 250, números redondos é claro, vespas asiáticas, era uma praga difícil de combater, era um inseto que não tinha predador natural e, portanto, se não fossem os meios humanos a fazer aquele combate era difícil, o combate, a erradicação seria extremamente difícil. Segundo a Proteção Civil, muitas vezes os ninhos eram intervencionados no próprio dia em que eram comunicados, quando havia aquela possibilidade, por exemplo, ainda da parte da manhã, no próprio dia eram intervencionados. Tiveram muitas intervenções, os populares anunciavam que havia Vespas Asiáticas na zona, mas não sabiam identificar o ninho, não podiam andar atrás das vespas para ver, para conseguir combater algumas, portanto, tinham que fazer o combate ao ninho. Aproximava-se uma época a que talvez fosse mais fácil identificá-los, na altura do Outono, caíam as folhas, os ninhos que estavam a fixos nas árvores ficavam mais visíveis, tornava-se mais simples na época que iam entrar ver onde é que eles estavam, nomeadamente na zona das Cavadas, sabia que houve vários pedidos de intervenção, e sabia que havia ali pelo menos um senhor que vivia exclusivamente da prática, tinha muitos enxames e viviam dessa prática e, portanto, tornava-se complicado quando as vespas atacavam as abelhas. Iam continuar a fazer o esforço e o contato para que fosse mais fácil a intervenção e mais rápida se possível. Relativamente ao término das obras do estádio municipal, informou que a parte da instalação da iluminação tinha sido toda trocada, estava pronta para ser utilizada, a parte do relvado havia a previsões de chuva para aquela quarta-feira, mas o adiantado dos trabalhos, queriam acreditar que no final daquela semana estaria concluído. Portanto, sabia que o Ala Arriba jogava em casa no domingo seguinte, e tudo indicava que aquele

jogo em casa, fosse mesmo em casa, no estádio municipal que estaria pronto nessa altura. Relativamente à sede e aos wc 's que o município se comprometeu e que estava em falta, assim que tivessem as verbas disponíveis para concretizar a restante obra, não estava esquecido. Fez bem lembrar, ficava sempre um apontamento. Naquele momento não tinham condições, assim que possível entravam em obras novamente no estádio. Relativamente aos multibancos, já tinha referido ali mais do que uma vez, também já o tinha dito numa Assembleia que os últimos contactos que fizeram com as empresas que instalam aquelas máquinas de ATM, precisavam de dados concretos de número de habitantes, de distância aos centros de maior dimensão e, portanto, tinham alguns critérios para instalação das máquinas. Ainda não o quiseram instalar ou onde sugeriram, até ao momento não foi possível. Podiam continuar a tentar a ver se faziam pelo menos a instalação de uma mais a sul, nomeadamente na Lentisqueira, para servir as populações ali daquela região. Quanto ao PDM, o PDM além das sessões de esclarecimento que tiveram, tinha havido muitas participações o que era bom que assim fosse, porque naquela fase o município por si só não podia fazer mais reclamação junto das entidades. Estavam naquela parte da discussão pública, onde era necessário a intervenção do Público para fazerem aquelas reclamações, aquelas queixas, para depois poderem pegar nelas, fazer a compilação e deslocarem-se novamente às entidades para conversar. O abaixo-assinado era mais um elemento, era mais uma força que estavam a dar os populares ao município para chegar lá e fazer ver que realmente a Rua Gonçalo Tavares tinha as condições para que fosse alargado o território, nomeadamente, aquela era uma rua que já referida ali também, que já, pelo menos uma vez em Assembleia na intervenção do Público, vieram reclamar aquela situação. O que era facto era que as entidades não contemplavam e extensões do território, antes pelo contrário, a política estava em reduzir as manchas e em concentrá-las mais nos aglomerados das populações. Ali a Rua Gonçalo Tavares tinha uma especificidade que apenas tinha um asfalto, faltava-lhe o resto das infraestruturas, portanto, iluminação que fosse até à rotunda do matadouro, faltava água, faltava saneamento, e telecomunicações, não sabia, eventualmente podiam lá estar, serviço de transportes, etc. Eram uma série de condicionantes que tornava mais complicado que fosse contemplado, mas aquele abaixo assinado era mais um elemento que iam juntar aos outros para ir às entidades fazer força para que acontecesse. O Deputado Gabriel Pinho

fez uma série de considerações sobre São Tomé, sobre a Mostra Gastronómica, aquele comunicado à GNR sobre o que se passou acerca do parapente, que sobrevoou muito baixo, pois se calhar não sabia se existia uma lei ou não existia que proibisse pelo menos voos rasantes, ou a baixa altitude, ou mesmo à noite que aquilo se calhar aconteceu já depois de não haver luz do Sol. Portanto, foi bastante baixo, rente às tasquinhas, meteu medo, não sabia se podiam ou tinham condições para fazer aquela queixa, se tivessem fariam. Relativamente ao evento, à pergunta concreta que fez além das considerações, que não estariam bem no São Tomé, ensombramento, as plantas, a melhoria que fez e que agradecia. A Mostra Gastronómica era realmente um evento organizado, patrocinado e financiado pela Câmara Municipal de Mira, que rondava normalmente os 40000 EUR de entre tudo, animação, preparação e todos os investimentos que eram ali efeitos. Obviamente que a Junta de Freguesia da Praia de Mira não colabora monetariamente com nada para a realização do evento, à semelhança daquilo que também foi, a colaboração logística da Câmara para com o evento das favas na Junta de Freguesia de Mira, que foram quem suportou todos os gastos. Pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao sr. Vice-Presidente para responder às restantes questões. -----

--- **Intervenção do Sr. Vice-Presidente (PSD)** que respondeu que relativamente às casas florestais, recordou que fazia parte do seu programa eleitoral a recuperação do património, casa gandaresa, naquele caso através de uma associação, um palheiro no bairro da Valeira, no qual estavam a tentar terminar a aquisição, o moinho na Lagoa, das três casas florestais, que já estavam na posse do município. Na do Seixo pretendiam um projeto e estavam a ultimar os projetos em termos de arquitetura e especialidades, até porque existiam ali oportunidades de financiamento comunitário, No que tocava à questão do caro Deputado e amigo Gabriel Pinho relativamente ao São Tomé, quis felicita-lo pela intervenção, porque realmente ali não silenciavam ninguém, tiveram ali uma intervenção com uma crítica negativa, do qual ele agradeceu e que tinha razão, não valia a pena ouvir ali dizer que na área das tasquinhas e do ensombramento que estava bem, ou correu bem, porque não correu e a responsabilidade era sua. Obviamente que tinham feito cortes no orçamento do S. Tomé, como já foi vinculado na última Assembleia Municipal e, portanto, havia que assumir aquilo que correu menos bem, no global da festa achavam que correu muito bem, muita gente, diversidade de

espetáculos, muitos expositores, mas havia coisas que não correram bem e aquela foi uma delas. Não valia a pena estar ali a escamotear a questão, e andar ali a florear e fugir à questão, não correu bem, tinham que assumir as responsabilidades. As tasquinhas e as associações não mereciam aquilo, e na sua pessoa, na Confraria, em todas as outras tasquinhas, deixava o seu agradecimento pelo excelente trabalho que tinham, pela teimosia que tinham, teimosia, vontade e dedicação que tinham em ir ao São Tomé para privilegiar e dinamizar a gastronomia, repetia-se, era terceira vez que o ia dizer, não correu bem e tinham que melhorar para uma próxima edição. Agradeceu, e até pela sua amizade, a frontalidade de os confrontar ali com aquilo que correu menos bem, porque nem a sua bancada não estava ali só para bater palmas e dizer bem do executivo municipal. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

6.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

----**Interveio o Deputado Paulo Grego(PS)** que cumprimentou todos, e de uma forma rápida, até porque ainda havia pelo menos mais uma intervenção e o seu tempo estava mesmo a acabar, falou sobre o orçamento participativo e nem sequer era a questionar o porquê de naquele ano não se ter feito, que já ali tinha sido falado, mas sim a aludir ao orçamento de 21 e 22 que se cumprissem o Regimento ou o regulamento do orçamento participativo, alguma coisa ali já tinha corrido mal porque não se executaram os orçamentos nos dois anos que estava previsto no regulamento. Sugeriria que se não se executasse, era porque alguma coisa não dava, havia outros projetos que concorreram, ficaram em segundo lugar, porque não dar oportunidade a esses projetos de concluírem se estivessem prontos para a para avançar. Porque em 2021 devia ter sido executado até 23, o 22 devia ser executado até 24 e, portanto, não se previa que o mesmo assim acontecesse, portanto, dar aquela oportunidade aos projetos que ficaram em segundo lugar e mostrassem capacidade para os executar dentro dos prazos, já tinham tido o trabalho também a concorrer, era uma forma que as pessoas não se desinteressassem todo daquela iniciativa.-----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, primeiro falou novamente sobre as AEC's, disse que nos outros municípios já não havia concursos, portanto, o

problema ficava resolvido, o problema já se ia agravando de ano para ano e cada vez haveria menos professores disponíveis para as AEC's. Relativamente à escola que falaram ali que chovia no quadro, ia dizer qual era, era escola de Portomar onde já ia para o quarto ano que lá trabalhava, chovia no quadro elétrico numa das salas, e já lá tinham ido várias vezes, mas podia explicar não naquele contexto, como é que se mudava uma telha partida, presumia ele que fosse isso. Referiu que também estavam disponíveis para receber relva no seu recreio, porque tinham lá várias esquinas vivas e receberiam a relva de muito boa vontade. Relativamente à imagem e aquela fotografia que mostrou, não tinha nada contra os particulares que fizeram aquela promoção, só tinha a dizer era que a autarquia tinha que acautelar um daqueles outdoors, porque era mesmo na saída da A17, e também era importante o município ter uma imagem, um produto gastronómico, um produto arqueológico, um evento qualquer que fosse uma imagem de marca, porque era isso que acontecia nos concelhos ali, Cantanhede tinha a expofacic, Monte Mor tinha a questão do Arroz, e deviam ter algum objeto que os identificasse para fora, se estivesse no Alentejo, o que e que ia dizer que havia em Mira? Havia uma série de coisas, mas não havia nada que os identificasse por si só, era só isso. -----

Findas a sexta intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -
6.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS) -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, disse que aquela questão do passar dos primeiros para os segundos classificados em orçamento participativo, era uma sugestão, obviamente, alguns ficariam contentes, outros nem por isso, e os segundos lugares ficariam, com certeza se vissem o seu projeto contemplado, ficariam muito contentes. Já tinha feito ali referência ao Skatepark, a referência que faltava fazer era relativamente ao parque de Merendas da Santa Zita, que tinham a intenção de começar as obras, mas precisavam sempre do parecer do ICNF para as concretizar, aquele parecer veio com algumas condicionantes a que eles responderam e, portanto, era um pedido de esclarecimento apenas, não era nada de especial, mas que estaria em condições de entrar em obra em pouco tempo. O outro estava adjudicado, poderiam

dar-lhe início quando assim o entendessem, por uma questão, se calhar de calendário, não sabia se era possível em termos de regulamento porque previa a extinção, mas pretendiam executar os três, portanto, não queriam passar à sugestão dos segundos lugares sem a concretização, se fosse possível, dos que ficaram colocados em primeiro lugar. Relativamente à intervenção do deputado Augusto Miranda, já tinham identificado o problema, tratava-se de uma telha partida, sabia que o Presidente da Junta de Freguesia de Mira já lá tinha estado, era difícil acesso da parte interior, tinham a escada dos bombeiros, sim, mas não era uma plataforma elevatória, não tinha as condições de segurança adequadas para aquele tipo de intervenção, portanto, teria que ser de outra maneira, obviamente que não queriam que nada de muito grave acontecesse, tinham que agir rapidamente, mas também a informação que tinham era que a escada elevatória, a auto escada dos bombeiros não era a mais adequada para fazer a intervenção. Relativamente às AEC, a sua preocupação era a mesma preocupação que tinham e sabiam a dificuldade que ia existir, mas também tinham que resolver o problema a nível mais alto, porque não bastava deixar para os municípios a concretização e a execução daquelas coisas. Se o governo entendesse que tinham muitos casos onde não estavam os professores colocados a tempo e horas teria que adotar outro tipo de medidas para resolver a questão. Era evidente que não estava ali a escusar-se ao esforço que o município teria que fazer para resolver aquilo, mas havia coisas que, se calhar, impunham medidas diferentes. A nível de publicidade, era a opinião do Deputado, também já tinha falado da dele pouco tempo atrás, o que podiam fazer era transmitir a opinião do Partido do CHEGA junto daqueles particulares, a ver se os sensibilizavam para não fazerem publicidade do mesmo género, se queriam retirar a que lá estava.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

7.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

----**Interveio o Deputado João Luís Pinho (PS)**, disse que de forma a que aquilo corresse bem, era conveniente que o Senhor Presidente fizesse cumprir o Regimento, nomeadamente uma intervenção por bancada no período antes da ordem do dia, aquela era a primeira. De seguida, relativamente aos últimos eventos, achava que era

conveniente que também começassem a ter uma política mais crítica para tudo aquilo que acontecia. Ouvia falar todas as bancadas e parecia que não havia possibilidade de melhoria, era tudo tão bom, que até se admirava como é que passado tantos anos no concelho de Mira ainda se mantinha como estava, e não estava já com um estatuto muito maior do que aquilo que ainda tinham. Era bom, sim Senhora, mas deveria de haver mais rigor naquilo. Quando ali, por vezes apontavam tanta coisa e não chamavam os bovinos pelos nomes, acabava depois tudo cair em saco roto. Achava que o novo procurador Guerra, com base nas certidões que iam ser extraídas daquela Assembleia, ia ter muito trabalho em Mira nos próximos tempos. Esperava bem que aquela situação viesse a dar frutos e que não fosse só mencionar para o Público que estava lá em casa, que era parco, mas que houvesse também efetivamente algum sumo para além todas aquelas situações que ali aconteciam. Relativamente à Mostra Gastronómica foi interessante, sim Senhor, mas achava que pecou por diminuta. Gostou mais dela no passado, havia mais pessoas, e mais entidades a pertencer nos stands que era cedido, achava que era uma pena a Confraria não estar presente como outras entidades, porque eram elas exatamente o repositório das suas tradições. Achava que deviam de abrir um bocadinho mais, ou tentar que aquilo fosse mais amplo para que fosse de alguma forma capacitado o nosso município em todas as suas, em todas suas vertentes, relativamente ali ao seu colega de Assembleia, ele entre os cartazes do CHEGA e os pastéis de nata, preferia os pastéis de nata. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO UM: Renúncia de mandato apresentado por Fernando Manuel Miranda Capeloa, nos termos do disposto na Lei nº. 169/99, de 18 de setembro e instalação do membro substituto -----

---- Interveio o Presidente da Assembleia (PSD) que explicou que o Deputado Fernando Capeloa tinha pedido renúncia de mandato e que ia ser substituído pela Deputada Clara Clemente, que era quem já o tinha vindo a substituir. -----

---- Interveio a Deputada Maria José (PS) que declarou que em relação aquele assunto, a bancada do Partido Socialista não podia deixar de lamentar, uma vez mais, o abandono de eleitos do Partido Social Democrata, como tinha sido seu apanágio ao longo daquele último mandato, o que acabava por deixar cair por terra todos aqueles

que em si confiaram o seu voto.-----

---- **Interveio o Deputado Paulo Grego (PS)** que disse que relativamente àquela tomada de posse, era para ele uma grande surpresa que a deputada Clara Clemente não fosse deputada em pleno direito daquela Assembleia, como é que alguém que estava na mesa desde o primeiro dia..., havia ali qualquer coisa que lhe estava claramente a escapar. -----

---- **O Presidente da Assembleia (PSD)** explicou que a Deputada Clara Clemente tinha tomado posse quando o Deputado Fernando pediu a suspensão por um ano, naquele momento ou renunciava ou tinha que voltar.-----

--- **O Deputado Paulo Grego (PS)** voltou a referir que havia ali qualquer coisa que lhe estava a escapar, se a tomada de posse tinha sido há mais de um ano, se ele só podia pedir a suspensão por um ano, se estavam há três anos, a Deputada Clara estava na mesa há três anos?-----

---- **O Presidente da Assembleia (PSD)** voltou a esclarecer que a Deputada Clara só estava na mesa em substituição da Deputada Regina Serrano. -----

---- **O Deputado Paulo Grego (PS)** questionou porque é que o Fernando só saía naquele momento, passado um ano, quando estava há três anos com suspensão. -----

---- **O Presidente da Assembleia (PSD)** respondeu que, como qualquer deputado o Fernando faltava de vez em quando, só tinha pedido a suspensão há um ano, ao fim do ano ou voltava ou tinha que renunciar ao mandato. -----

---- **O Deputado Paulo Grego (PS)** afirmou que consecutivamente há mais de um ano, a sua dúvida é que achava que houve ali um passo que foi ultrapassado, mas não era importante. -----

---- **Interveio o Deputado Pedro Nunes (PSD)** disse ouvir por parte da bancada do Partido Socialista que a bancada do PS deixava cair os seus eleitos, para contextualizar, pensava que todos leram a comunicação que o senhor deputado Fernando Capelo fez chegar àquela assembleia e o facto era, pediu permissão para falar em nome da bancada, porque na verdade o facto de ser suplente e ser chamado eram tão deputados como aqueles que tomavam posse no primeiro dia, o que o deputado disse quando renunciou foi: “ *é com muita pena minha que o faço, mas dadas as circunstâncias profissionais da minha pessoa e a incompatibilidade de horários com os que praticam para as reuniões da Assembleia, assim terei de proceder*”. Aquilo não era deixar cair

ninguém, era simplesmente porque era impossível algum Senhor Deputado eleito perceber que, na verdade tinha que optar ou por ir ali, ou cumprir com suas obrigações enquanto profissional, um técnico superior, naquele caso numa empresa bem conhecida de todos. -----

---- **Intervio a Deputada Maria José (PS)** explicou que enquanto líder da sua bancada, aquilo não era contra pessoas, no que dizia respeito a questões de trabalho ela também era uma pessoa muito ocupada. Aquilo que quis dizer foi que sempre que assumiam e sempre que faziam parte de listas e as pessoas votam em neles, quer fossem os deputados que entravam, quer fossem os suplentes, porque não tinham menos valor por isso, deviam tentar assumir ao máximo aquilo com que se tinham comprometido, porque não se representavam individualmente, representavam as pessoas que votavam neles e muitas vezes era só isso, nada contra as pessoas.-----

PONTO DOIS: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação –

Tomada de conhecimento -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Intervio o Sr. Presidente da Câmara,** explicou que o documento foi distribuído aos senhores Deputados e, portanto, não ia fazer nenhuma explicação do ponto nem do documento. Se houvesse lugar a questões, lá estaria para responder.---

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Intervio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA),** disse que relativamente ao relatório e na página sessenta e um, não era feita a referência à catalogação do espólio arqueológico entregue ao município, questionou, quando e onde poderiam ver aquela catalogação, que deduzia que estava terminada. Também na página tinta e dois, gostaria de um pedido de esclarecimento relativamente às propostas das barracas que já tinha sido falado ali do São Tomé, no concurso para a barraca das Bifanas, portanto,

o valor base era quinhentos EUR, houve três propostas, uma de seiscentos, uma de mil trezentos e noventa, e outra de mil quinhentos e sessenta e dois e foram excluídas as maiores. Gostariam de perceber qual foi a razão daquela opção. -----

---- **Intervenção do Deputado Maria José (PS)** de atividades do município e visto que desde fevereiro último eram inúmeros os contratados a dar entrada nos quadros, que tipo de gestão de pessoal fazia o executivo, sendo que continuava a pagar avenças a funcionários, e se com esses mesmos funcionários que necessidade existiam para pagarem trabalhos por fora, quer a empresas especializadas em candidaturas, quer para outros trabalhos, como vinha referido no relatório. -----

---- **Intervenção do Deputado Andreia Petornilho (PS)**, disse que relativamente ao relatório de atividades na área da ação social, gostariam de obter as seguintes respostas para as questões de quais as condições específicas que as pessoas e famílias teriam de cumprir, de forma a serem elegíveis no programa operacional de apoio às pessoas mais carenciadas, reforçava que aquele programa tinha cento e quarenta e duas pessoas beneficiárias, que achava um número bastante vinculativo para o concelho de Mira. No que tocava à inserção profissional, verificavam também que foram efetuados vinte encaminhamentos, havendo apenas duas colocações, por isso, colocou a questão se havia preocupação de apurar o porquê das empresas não colocarem os potenciais trabalhadores, quais as melhorias a implementar para que aquela estimativa se revertesse. No que tocava ao posto de turismo também verificaram que, relativamente ao período homólogo, houve um decréscimo de visitantes nos meses de julho e agosto, apontando-se como principal causa a alteração do período de férias de Verão dos visitantes para períodos mais tranquilos, no entanto, os números do parque de campismo não mostravam o mesmo. Houve um aumento da taxa de ocupação dos bungalows e um aumento de dormidas comparativamente a 2023, sabendo que não havia uma relação causa efeito direta, parecia que seria importante apurar as reais causas do decréscimo de visitantes do posto de turismo e deixou uma solução, por que não alteração ou revisão do horário de abertura ao Público. Última questão relacionada com o Museu do Território da Gândara, em três meses teve apenas duzentos e cinco visitantes, sendo que agosto teve vinte e quatro. Quis deixar a reflexão, era necessário criar planos e programas estratégicos para gerar potenciais visitantes, era necessário que o museu saísse à rua. -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seiça (PS)**, que após os habituais cumprimentos disse levar ali àquela Assembleia um conjunto de preocupações que persistiam sem resposta por parte da Presidência do Município. Ao analisar o relatório de atividades municipais, verificaram que as questões fundamentais continuavam a ser negligenciadas, comprometendo a transparência e eficiência na gestão dos recursos municipais. Em primeiro lugar, a secção de obras municipais continuava a apresentar apenas uma mera listagem de atividades suspensas ou em curso, sem incluir elementos cruciais como um cronograma detalhado de execução, um mapa de análise custo-benefício ou qualquer outro indicador que lhes permitisse avaliar o progresso e o impacto daquelas obras. Não podiam aceitar um relatório de cinco páginas que mais parecia uma já referenciada lista de compras supermercado. Aqueles elementos eram essenciais para garantir um acompanhamento rigoroso dos projetos, evitando desvios de prazos e de custos que acabavam por comprometer a boa gestão dos recursos públicos. Precisavam saber, não apenas o que estava a ser feito, mas também como, onde e quando. Falavam novamente da ausência da contabilidade analítica, do inventário permanente na gestão do município. Aqueles eram instrumentos fundamentais para garantir a visão clara sobre os custos e benefícios de cada projeto, e a adequada valorização do património municipal. Perguntava, mais uma vez, quando teriam contabilidade analítica implementada, quando teriam o inventário que refletisse os edifícios e outros ativos do município. Continuavam a referir, tinham cento e vinte edifícios, mas que o valor patrimonial era zero, era um exemplo claro da falta de rigor e seriedade na gestão dos bens públicos. Aqueles eram aspetos que não podiam ser ignorados, a população de Mira merecia a gestão transparente e eficiente dos seus recursos. Era seu dever, enquanto oposição assegurar que aquelas falhas fossem identificadas e corrigidas. Não podiam continuar a receber relatórios que eram abundantes em pormenores irrelevantes, como quantas cartas foram enviadas e que tipo de cartas foram, faltava de tratarem questões essenciais, precisavam de mais do que uma descrição pormenorizada de tarefas administrativas. Precisavam de saber como estavam a ser geridos os projetos, o património e o futuro financeiro. Apelava, portanto, a uma mudança imediata da forma como aquelas questões eram tratadas. Aguardavam respostas claras, a ações efetivas, pois só assim poderiam construir um concelho de Mira mais justo, transparente, eficiente, lembrou as questões colocadas, quando

teriam contabilidade analítica implantada, quando teriam um inventário que refletisse os edifícios e outros ativos do Município. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente Câmara (PSD)**, respondeu que relativamente à intervenção do senhor deputado Augusto Miranda, explicou que o espólio tinha que integrar a Carta do Património e do PDM. Tinham que aguardar a catalogação, tinham que integrar aquela parte também porque havia outras, havia outros documentos que tinham que ser anexos e tinham que fazer parte integrante do documento para fechar. Portanto, disse que tinha entregue já na Câmara a parte do espólio arqueológico só não estava contemplado no documento, portanto, sendo assim, teriam que ver, compilar e depois integrar na parte do relatório. A catalogação estava quase concluída, não estava concluída, mas estava quase concluída. -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Assembleia (PSD)** para repor a ordem, pediu que não entrassem em diálogo. Quando o deputado teve usado a palavra, ninguém o interrompeu. Se o executivo municipal não quisesse responder, podia até nem responder, a responsabilidade política era do Presidente. -----

---- **Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que explicou que os pagamentos de avenças que ainda mantinham era porque tinham uma série de compromissos de necessidade de contratação que no quadro de pessoal, no mapa de pessoal não tinham ainda contemplado. Portanto, estava a falar do pessoal relativamente à várias áreas da saúde e da ação social. As transferências de competências que assumiram, às vezes eram necessários tipo de pessoas que não tinham no nosso mapa, e então as avenças continuavam a ser necessárias. Falava especificamente do caso de psicólogo ou terapeuta da fala, que não faziam parte do mapa e, portanto, aquela parte era dos avançados tinha sido uma constante, seria sempre necessária. Tinham a intenção de incluir aqueles profissionais no mapa de pessoal para depois evitarem estar recorrentemente a recorrer àquilo. Por isso era bom que também quando fazia aquelas questões e as observações, que depois não fossem

ali discutir porque é que estavam a meter mais pessoas para o mapa de pessoal, porque na realidade se eles estavam avençados, é porque tinham necessidade deles. Se criavam aquelas vagas que eram necessárias, tinham que fazer a gestão depois de tudo o que era necessário contratar, e eventualmente incluir ou através de contrato temporário ou definitivo, mas que eram profissionais que faziam falta e que tinham a necessidade de contratação anual. Relativamente à deputada Andreia Petornilho, tinham menos visitantes nos museus, o museu do território e da Gandra, também tinham mais pessoas no parque campismo, portanto, aquilo era volátil, queria dizer que não podiam obrigar as pessoas a frequentar esta ou aquela parte, não podiam controlar quem queria visitar o museu do território ou quem queria visitar a Igreja Matriz. O que é que podiam fazer, também pensava que estava um bocado subjacente à sua intervenção, era que podiam dinamizar de forma diferente. Por isso é que disse que o museu devia ir para a rua. Ir ao encontro das pessoas, das necessidades, procurar entender o que é que queriam, o que é que procuravam quando vinham ao nosso território e com isso, alargar o espectro de pessoas que os visitavam. Obviamente que também gostariam de ter dados diferentes, mas eram os que tinham, portanto, sendo o que era a realidade que estava espelhada no documento, não podiam fugir àquilo. Eram dados concretos. Quanto às realidades do parque de campismo, ainda bem que tinham mais afluência de público. Tinham tentado melhorar as instalações, sabiam que era necessária uma grande intervenção para melhorar também muitas partes, fizeram a aquisição, em vez do aluguer, de contentores que lá se encontravam e que ficaria património e ficaria durante uma temporada grande, portanto, um investimento, em vez de ser andar constantemente a pagar, fizeram a aquisição, era mais um esforço. Mas sabiam também que havia necessidade de fazer muitas melhorias, e que tinham que avançar para aquele campo também. Mas as pessoas que visitavam o parque, muitas delas queixavam-se de algumas coisas, mas muitas delas também faziam elogios. Havia obviamente sempre coisas a melhorar, como tinha dito, o parque já era muito antigo, tinha necessidade de remodelação e seria contemplado no orçamento também para o próximo ano. Relativamente ao Deputado Mauro Seiça, continuava a dizer que eram negligentes, que não tinham cuidados na elaboração dos documentos, era a sua opinião. O relatório de atividades tinha vindo a reduzir o número de páginas já por causa de alguns comentários que tinham sido feitos relativamente àquilo, também

concordavam que havia certos pormenores que muitas vezes não precisavam de constar, se calhar tinham que continuar aquele trabalho para evitar que fosse um documento muito extenso, até porque ele não era anual, e sendo temporal, podiam minimizar ali o número de páginas, serem mais objetivos, ter dados concretos, tinham necessidade disso, de implementar a contabilidade de custos. Tinham necessidade de contratação de pessoal efetivo também para que o departamento da contabilidade tivesse mais apoio, porque o pessoal que tinham, não conseguia dar resposta a tudo. Lembrava ali, mais uma vez e voltava a falar das transferências de competências, em que além do trabalho que tinham quando assumiram a educação, a saúde, a ação social que vinham com algum pacote financeiro acoplado que tinham recebido relativamente aos custos calculados, mas o pessoal que tinham na secretaria, o pessoal que tinham na contabilidade, o pessoal que tinham nos recursos humanos continuavam a ser os mesmos, para depois dar resposta ao número de faltas, às baixas, às férias e às contas, portanto, o departamento da contabilidade não conseguia fazer aquilo tudo, portanto, também a curto prazo, além de concordar perfeitamente com a implementação da contabilidade de custos, implicava também abertura de vagas no mapa de pessoal para que aquilo fosse implementado. Quanto ao inventário dos edifícios, concordava, já não era a primeira vez que falava ali sobre o assunto, tinham o inventário do número e não correspondia à referência em valor numérico, portanto, já era recorrente e tinham que lhe dar resposta àquilo na primeira oportunidade. Pediu autorização para passar a palavra à Senhora Vereadora para responder e ao senhor Vereador. -----

---- **Intervenção a Sr. Vereadora Adriana Santos (PSD)**, respondeu que relativamente às questões colocadas, tinha a dizer que a “privação material pessoas 2030” era um programa alimentar definido pela segurança social e, portanto, era gerido numa plataforma da segurança social e, portanto, os técnicos do município trabalhavam com diretrizes e atualizavam os documentos dos agregados continuamente. Baseavam-se, não em regulamentos municipais, mas nas diretrizes da segurança social. Relativamente aos encaminhamentos do GIP, dizer que nem todos os encaminhamentos resultavam em colocações, portanto, a animadora do GIP fazia visitas e reuniões regulares com as empresas para perceber também o ponto de situação. -----

---- **Intervenção o Sr. Vice-Presidente (PSD)** esclareceu que relativamente às questões

formuladas, no que tocava à questão formulada pelo Deputado do CHEGA relativamente à atribuição de lugares no São Tomé, houve um concurso que era Público e que foi publicado no dia 25 de Março, como dizia no ponto três das condições de participação no concurso, houve uma série de documentação que era necessária entregar, ora alguns concorrentes não a entregaram toda, foram excluídos sem sequer reclamar, podiam ter feito, era aquela a justificação, até porque era verdade que havia concorrentes com um valor mais alto que acabaria por beneficiar o município, mas eram propostas inválidas. Só queria acrescentar que, relativamente à questão que foi formulada no museu do Território, e não obstante às parcerias que já tinham com o Agrupamento de Escolas e com o Plano Nacional das Artes, com o próprio Átrium e com outros programas educativos que tinham feito, e que já tinham levado o museu fora de portas. Concordava que pudesse haver uma nova dinâmica e trabalharem mais afincadamente naquela matéria, como tinha ali sido proposto. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Inteiveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, disse que relativamente àquele quadro do São Tomé, não devia ser excluído, mas desistiu porque assim ficavam logo esclarecidos e evitava ter que fazer a questão. Relativamente à questão da arqueologia, o que tinha a dizer era que nos últimos três ou quatro relatórios de atividades municipais veio catalogação do espólio arqueológico entregue ao município, daquela vez não veio, ao que deduziu que estava concluído. Não tinha nada a ver com a Carta Arqueológica e sim, o município devia ter uma carta arqueológica, já ali tinha questionado há 2 anos, se o município tinha carta arqueológica. Não sabia bem qual foi a resposta, agora que estavam com a questão a discussão pública do PDM, era obrigatório o município ter uma carta arqueológica, o que provavelmente ia atrasar o processo. Não sabia se sim, se não, mas pensava que era um dos requisitos do PDM e toda a gente sabia que o Concelho de Cantanhede tinha uma carta arqueológica, o Concelho de Montemor tinha uma carta arqueológica do Concelho Vagos tinha uma carta arqueológica, causava muito espanto Mira não ter, afinal precisava de ter, portanto, e a confusão não foi dele, a confusão foi do executivo que confundiu a

catalogação do espólio arqueológico com a Carta Arqueológica, portanto, foi a correção que fez. Não gostou do tom da Mesa, quando de certa forma fez uma correção que lhe pareceu para não confundir o Senhor Presidente da Câmara, e foi logo advertido que que não podia falar, ele era professor, não era um aluno da escola primária. -----

---- **O Presidente da Assembleia (PSD)** esclareceu que simplesmente disse que se entrassem em diálogo, que as assembleias não chegavam a lado nenhum, ao ser interrompido alertou que ainda há pouco o Deputado tinha estado a falar e ele tinha estado calado. Agora estava a falar e o Deputado tinha-o interrompido imediatamente. Tinham-lhe puxado ali as orelhas, o Deputado João Luis Pinho chamou-o a atenção, cheio de razão, no período antes da ordem do dia que efetivamente cada deputado municipal pode usar da palavra uma vez e ainda bem que ele o chamou a atenção porque ele estava cheio de razão, a partir daquele momento ia cumprir rigorosamente aquela norma regimental.-----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse que era uma questão do bom senso, era algo que não vinha nas leis nem nos regulamentos, nem vinha nada, mas o bom senso era algo que tinha mesmo de imperar. Quando qualquer deputado naquela casa estava para dizer uma pequena frase, que poderia contribuir para a discussão e para a melhoria do diálogo e para o esclarecimento da população que estava a ver lá fora, e não para o teatro político que alguns queriam ali fazer, ele achava que não deveria haver tanta sensibilidade, porque, afinal de contas, ninguém estava a ser incorreto, havia elevação, as pessoas que ali estavam, felizmente, eram pessoas bem educadas e que sabiam bem comportar-se e que não precisavam regularmente de serem chamadas à atenção e terem lições moral. O que as pessoas que ali estavam a representar o povo queriam mesmo era respostas, e quando ele colocava um conjunto de questões ao executivo e o executivo não lhe respondia, mas no final vinha o Senhor Presidente de Câmara tentar dar uma lição de moral e que só a conseguia dar, porque a seguir ele não tinha tempo para usar mais a palavra, já estavam a subverter totalmente o que era a correção pública, e a correção de quem afinal de contas estava a representar, porque não estavam a representar assim as pessoas de forma correta. Quando o Senhor Presidente da Câmara dizia as várias questões e falava sobre as várias questões das posturas de quem ali estava, ou o Senhor Presidente no seu exercício estava a tentar controlar a reunião, ele pensava que aquilo devia acontecer,

quando alguém falhava de forma mesmo vincada e de forma indecorosa, não foi o caso li. Relativamente às outras situações, até de matérias criminais, gostava mesmo que o executivo fosse consequente sobre todas aquelas matérias, e começasse então a agir de uma vez por todos, porque ele perguntou ao executivo se, afinal de contas, o Partido Socialista, o Senhor Francisco Reigota andava ali numa política, fosse nas redes sociais com perfis falsos e com coisas que o acusavam, ou fosse no que quisessem, quando tinha ali vereadores sentados que já o acusaram diretamente por escrito e por boca com várias pessoas a assistir, era muito simples, tinham de ser consequentes porque eram muito fortes no silêncio, cada vez que se falava daquelas questões havia um silêncio, porque a seguir não conseguiam ser consequentes, que fossem consequentes. -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Assembleia (PSD)**, perguntou se o Deputado queria que ele fosse consequente, tinha estado calado e queria lhe perguntar uma coisa, o que é que a sua intervenção, última intervenção tinha a ver com o ponto que estamos a discutir? -----

---- **O Deputado Francisco Reigota (PS)** admitiu que o assunto não era sobre o ponto em discussão. Quis dar os parabéns à equipa da proteção civil e a todos os técnicos que realmente tinham feito um excelente trabalho relativamente às vespas asiáticas. Relembrava que uma questão que teve oportunidade de falar com o seu colega de bancada, o Carlos Nora, é que as fronteiras dos concelhos, infelizmente naquele caso, não estavam fechadas, não estavam vedadas e se porventura no resto do país e até no resto de outros países não fosse feito aquele trabalho, acabavam sempre por ter ali uma situação que não conseguiam controlar. Achava que, naquele caso, o concelho até tinha tido uma prestação bastante correta, por isso, queria assinalar aquela questão. Fazia ali uma pergunta direta ao executivo que tinha a ver com a questão do mapa de pessoal, responderam ali à sua colega e líder da bancada do PS, a Maria José, o Senhor Presidente da Câmara disse que uma série de várias áreas que ainda necessitavam de fazer novas contratações, uma série de áreas, mas depois quantificou a questão da parte da terapia da fala, uma psicóloga que já foi ali referida noutras reuniões e depois até disse “ *é bom que depois não venham para aqui perguntar, porque é que estamos a contratar*”, disse ao Sr. Presidente que tinham mesmo de ir para ali perguntar e tinham perguntado, aprovou-se o mapa de pessoal em fevereiro, já tinha ido ali uma alteração. Esse mapa de pessoal na altura foi-lhes dito que deixassem passar aquela situação

porque existiam serviços do município que iam colapsar na altura, e pediram para quantificar aqueles serviços e afinal de contas, até àquele dia não tinham tido resposta. Depois estavam ali a gastar o seu tempo, por isso era muito simples a pergunta, quantas contratações fez desde o início do ano? Quais foram as áreas? E afinal de contas, como responsável máximo do município naquele momento, que devia conhecer bem todas as áreas, pediu para lhe explicar detalhadamente aquelas situações, quais foram aquelas necessidades tão urgentes para abrir tantos, e tantos concursos, e noutros casos para executar várias reservas de recrutamento onde ultrapassou, por parte legal, a questão da obrigação dos concursos. Gostaria que lhe fizesse uma explicação detalhada e exaustiva sobre aquilo. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Intervio o Sr. Vice-Presidente (PSD)** que esclareceu que relativamente ao mapa de pessoal, era quase como as alterações que tinham que fazer a nível de finanças. Muitas vezes tinham necessidade de fazer movimentações monetárias entre rubricas devido às situações que se apresentavam no momento e, portanto, aqueles ajustes tinham que ser feitos. Obviamente que o mapa de pessoal, e estavam a entrar no último trimestre, o ano sofreu uma alteração como o senhor Presidente da Junta tinha acabado de referir, não o chocava em nove meses de mandato de execução daquele ano, tivesse que haver uma alteração ao mapa do pessoal, não o chocava isso, queria dizer que foram quase perfeitos a organizar as necessidades que tiveram. Obviamente que tinham os concursos que foram efetuados, abriram vagas que entenderam que eram necessárias, x vagas, e depois ficava aberta uma bolsa de recrutamento. Nessa bolsa de recrutamento que, por alguma razão de lei estava aberta durante dezoito meses, era porque tinha validade para se socorrem, se fosse o caso, e contratar mais pessoas para aquela área sem ter que abrir novo concurso e tinha sido assim. Tinha sido assim que tinham colmatado muitas das deficiências a nível de pessoal para o trabalho que era necessário realizar. Nos últimos meses, tinham contratado pessoal para determinados trabalhos de assistente operacional em que abriram a bolsa para

dezasseis pessoas e que já estavam a chegar quase às trinta. Significava que tinham a necessidade de ir buscar a essa bolsa para colmatar as falhas. Aquelas falhas eram necessárias para colmatar o acréscimo que tinham tido de, felizmente, de alunos nas escolas, mas também por causa das pessoas que se iam reformando, mas também por causa das pessoas que entravam em baixas prolongadas e, portanto, a nível dos assistentes operacionais quase que duplicou aquela bolsa de recrutamento por, também naquela parte de abertura do ano letivo em que, além do número de alunos que aumentou, também tiveram alunos com necessidades especiais que precisavam de acompanhamento quase individualizado, quase que precisavam de uma pessoa adulta para cada aluno naquelas necessidades. Portanto, tinham contratado sim, sempre justificando a vaga que existia em mapa de pessoal, queria dizer que estava previsto, queria dizer que planearam em vários setores. Já tinham contratado assistentes operacionais, já tinham contratado assistentes técnicos e já tinham contratado técnicos superiores. Obviamente, quando a bolsa perdia a sua validade, teriam que abrir novos concursos para realizar a operação daqueles postos. E também devia lembrar que por vezes aconteciam programas ocupacionais que era necessário recorrer ao IEFP, que não contavam para o mapa de pessoal, eram simplesmente temporários. Relembrava também que ia entrar em funcionamento um novo CLDS, lembrava que o Radar Social também ia ser implementado, portanto, eram tudo situações que momentaneamente tinham necessidade de recrutar, embora fossem temporários, entravam também naquele conjunto de pessoas que era necessário para satisfazer as necessidades. Podia fornecer uma lista detalhada, obviamente, não a tinha ali presente quantos entraram para cada serviço, mas era fácil porque estava obviamente descrito nas atas e na contratação que iam efetuando. Podia fornecer por escrito, para satisfazer a pergunta. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse que o Senhor Presidente, deu alguns esclarecimentos, todos eram válidos e todos eram importantes, no entanto, depois no fim dizer que contrataram assistentes operacionais, assistentes

técnicos, técnicos superiores, e até tinham alguns programas que eram provisórios e temporários, aquilo era dizer que depois contrataram pessoas que cumpriam todos os critérios. Disse não ter sido isso que lhe perguntou, perguntou-lhe enquanto Presidente de Câmara, quais eram as necessidades da Câmara, quantos contratos é que foram abertos e quantas pessoas é que foram recrutados, em que áreas é que estavam para colapsar que já em fevereiro lhe perguntou, mas o Senhor Presidente não lhe respondeu, quais eram as áreas que estavam para colapsar. Deu um exemplo de uma qualquer que acontece nas escolas, pontualmente não era dar um exemplo era dizer concretamente, qualquer gestor, um dono de uma empresa sabia quais eram as necessidades dos seus recursos humanos, uma câmara municipal tinha de ser encarada como uma empresa e o senhor Presidente quando falava daquela forma, revelava uma coisa muito simples, era que era muito ligeiro a analisar aquelas situações, que eram as mais importantes, porque os recursos humanos eram mesmo o mais importante daquela casa e quando se gastava sete milhões por ano em mão-de-obra e, afinal de contas, ainda se continuava a ter de contratar muito mais pessoas. Depois andavam ali há nove meses a perguntar coisas, que repetiam sempre a mesma coisa e não explicavam, estavam para lhes enviar um e-mail detalhado sobre a sua visão sobre as situações, então, OK. Já esperaram nove meses podiam esperar mais, não havia qualquer tipo de problema. Relativamente aos Stands de São Tomé, perguntou, os standes pagos naquele ano de São Tomé, quantos foram e os stands pagos no ano 2023, quantos foram? -----

Findas as terceiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Câmara (PSD)**, por acaso tinha ali alguns documentos que eram respetivos a concursos, porque não adivinhava as perguntas queriam fazer e estava a fazer a contabilidade, mas disse que podia fornecer e devia fornecer porque era público, as contratações iam a Reunião de Câmara, eram aprovadas, portanto, nada a esconder ali. No concurso para a área de auxiliar de serviços gerais, dezasseis vagas que foram ocupadas, contrataram mais nove pessoas

até àquele momento, a bolsa continuava aberta e para aquele concurso de assistente operacional na área de cantoneiro, quatro pessoas. Se tivesse tempo, ia ver a da jardinagem, se tivesse tempo, ia ver a do parque campismo, das escolas, mas obviamente ia-lhe fazer chegar aqueles dados. Não podia admitir que quisesse que ele adivinhasse quantas pessoas e que perguntas que o senhor ia ali fazer. -----

---- **Inteiveio o Sr. Vice-Presidente (PSD)** que explicou que relativamente à questão dos Stands, como devia imaginar, não tinha ali aqueles dados para lhe responder no imediato. Podia dizer que, como referiu ali na última Assembleia, que os stands naquele ano foram todos pagos, mas fazia-lhe chegar aquela informação com os dados da edição de 2023 e 2024. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Inteiveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse que pelo que se tinha conseguido apurar relativamente à questão dos stands, e gostaria mesmo de ter aquela informação, então iria aguardar, contudo, pelo apuramento que fizeram até na altura do próprio evento, tinha havido menos stands naquele ano, do que no ano de 2023. Relativamente ainda ali, uma questão que queria colocar era, segundo a visão do Senhor Presidente da Câmara, qual era o principal responsável pela Proteção Civil Municipal no Concelho, questionou. -----

Findas as quartas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Respondeu o Sr. Presidente da Câmara (PSD)** que tinham um comandante municipal da proteção civil, Doutor Ângelo Lopes, que toda a gente sabia quem era, o responsável máximo pela Proteção Civil no Concelho de Mira chama-se Artur fresco, era o atual Presidente da Câmara Municipal. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

5.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)** disse que de forma bastante direta, uma vez que o principal responsável pela proteção civil municipal era o Senhor Presidente da Câmara, também sabiam que o responsável das nomeações políticas dos gabinetes dos vereadores e do seu próprio gabinete enquanto Presidente da Câmara, o responsável máximo também era o Presidente da Câmara naquele caso em concreto, havia uma pessoa que estava Gabinete dos Vereadores, que tinha sido sua Secretária durante vários anos e era nomeada política, na questão da proteção civil, o senhor era o principal responsável, aquela Senhora desempenhou funções também como tesoureira dos Bombeiros Voluntários de Mira, perguntou se o Senhor Presidente achava que não havia ali nenhum conflito de situações, tinha sido público e foi, pela primeira vez na história dos bombeiros, que os bombeiros baixaram, tiraram os capacetes e fizeram com que uma direção caísse, era público, a direção veio se a admitir, existia uma pessoa que estava no seu gabinete enquanto nomeada política, estava a desempenhar aquela função, perguntou se o Presidente da Câmara sobre aqueles temas não havia ali nenhum conflito de interesses, não havia ali nada a justificar ao povo de Mira e não havia nada a esclarecer sobre uma situação daquelas. -----

Findas as quintas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

5.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)** que se dirigiu ao Deputado disse que não percebia em que ponto do relatório de atividades é que aquela pergunta se enquadrava, mas não se importava nada de responder. Achava que não havia qualquer tipo de conflito, eles faziam as nomeações políticas, os cargos que entendiam das pessoas que entendiam. Relativamente ao que as pessoas faziam fora da esfera e das tarefas que lhe competiam em termos municipais, havia várias pessoas que faziam parte de direções de associações, uns eram presidentes, outros eram tesoureiros, outros eram secretários e outros não eram nada. Portanto, quem estava na vida ativa fosse de que maneira fosse, trabalhava em prol da Comunidade, ele queria acreditar que essas pessoas eram altruístas, até porque 100% das vezes, diria, só tinham prejuízo com aquilo, a nível pessoal a nível do tempo e, portanto, o voluntariado que era cada vez mais raro, devia ser valorizado, achava que era de louvar. O que as pessoas faziam da

sua vida particular e enquanto cidadãos, se faziam parte ou não de direções fosse do que fosse não lhe dizia respeito. Quando acontecesse alguma coisa que coloque em causa a proteção, o socorro ou o alarme geral, uma urgência, obviamente que enquanto responsável máximo pela proteção civil, tinha o dever de agir. Não concordava que o senhor, trazendo o nome dos Bombeiros Voluntários de Mira para ali e querendo fazer qualquer tipo de insinuação relacionado com alguém, não concordava nada com aquilo que tinha ali afirmado naquele momento. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

6ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse não ter feito insinuações, fez perguntas e fez afirmações e tratou as coisas pelos nomes, não fez qualquer tipo de, não andou ali à deriva. Foi bastante direto no que disse e achava que toda a gente percebeu, o Senhor Presidente é que pareceu que não perceber, porque quando lhe disse que nada foi colocado em causa, que ele soubesse naquele momento, os Bombeiros Voluntários de Mira tinham um buraco económico, era público tinha estado na Assembleia Geral dos Bombeiros e sabia que era. Se o Senhor Presidente era o principal responsável, se do seu próprio gabinete tinha um responsável também por aquela matéria, não havia conflitos de interesses, estava tudo muito bem. O Senhor Presidente podia dizer que não, no entanto, também aquilo ficava à consideração mesmo dos Mirenses, porque os Mirenses deviam ficar mesmo muito agradados com aquele tipo de gestão. Era por isso que o município de Mira, também em termos económicos, também ia no caminho que ia depois fazia-se empréstimos quinhentos mil euros para tesouraria corrente e coisa do género. Se calhar era um apanágio mesmo daquele tipo de executivo e dos seus nomeados políticos. -----

Findas as sextas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

6.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Afirmou o Sr. Presidente da Câmara (PSD)** que também estivera na mesma Assembleia que o senhor Deputado esteve, e também viu a intervenção que fez e viu a

crítica que fizeram logo a seguir à sua intervenção. O Deputado tinha a intenção de colocar política naquilo que não era politizado, portanto, era isso que estava a fazer ali também, estavam a falar de um relatório de atividades e foi buscar os Bombeiros Voluntários de Mira para falar ali. Estavam ali bombeiros e pensava que não olhariam com bons olhos ver o nome dos Bombeiros ali metidos ao barulho. Tinham ali, por exemplo, o Doutor Ângelo Lopes, que era o comandante municipal da proteção civil, que já fez parte, já foi diretor dos bombeiros e ao mesmo tempo comandante e, portanto, não via quando as pessoas entravam voluntariamente para dar o que tinham de si melhor em prol da Comunidade, em prol das associações, não via inconveniente nenhum. Obviamente que havia boas gestões e más gestões, em tudo se calhar noutras instituições passava-se igual. Bastava olhar para os Bombeiros a nível geral, a nível nacional, as dificuldades que atravessam os montantes que tinham para receber de outras entidades que não recebiam e que recorriam a quem estava mais próximo, que se calhar eram os municípios e que tentavam ajudar na medida do possível. Continuava a dizer que o assunto nem deveria ser falado ali, porque não estava no relatório de atividades. Se quisesse continuar a fazer política à custa dos Bombeiros, que fizesse o favor. -----

---- **Intervio o Presidente da Assembleia (PSD)** que ao pedido de intervenção do Deputado Francisco Reigota, anunciou que o mesmo já só tinha dezasseis segundos e só poderia usar aquele tempo mesmo. Até porque tinha de seguir o senhor Presidente da Câmara, que o senhor não tinha razão nenhuma quando ia ali falar sobre o relatório de atividades era uma coisa, quando ia fazer gincana política, e eram todos tolinhos. O senhor queria fazer uma gincana política com aquilo, estava como alguém que o tinha chamado a atenção na Assembleia em que não esteve, levar os bombeiros para ali era muito complicado. Ele foi bombeiro, gostava que o respeitassem. Pediu desculpa por dizer, mas aquilo não tinha assento naquele ponto teria no período antes da ordem do dia, ali não. -----

---- **Intervio o Deputado Francisco Reigota (PS)** disse que estava a falar sobre a atividade do senhor Presidente da Câmara, da sua equipa e era o relatório.-----

---- **O Presidente da Assembleia (PSD)** interrompe-o questionou, o que é que o Presidente da Câmara tinha a ver com a atividade da Secretária, perguntou-lhe ainda qual é a norma de incompatibilidade que tinha sido violada.-----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, referiu que não estava a colocar em causa nada dos bombeiros, não estava a colocar em causa qualquer bombeiro, não estava a colocar em causa qualquer pessoa que fizesse parte das associações e que pudessem desempenhar vários cargos ao mesmo tempo. Estava a colocar em causa uma questão em concreto de uma.....

-- **O Presidente da Assembleia (PSD)** cortou a palavra ao Deputado Francisco Reigota, pois tinha terminado o seu tempo e não tinha qualquer problema em o deixar continuar, dava-lhe o tempo se tivesse alguma coisa a ver com aquele ponto, que na sua ótica não tinha nada a ver com aquele ponto. O Deputado tinha-se dirigido ali ao Sr. Presidente da Câmara perguntou-lhe qual era a entidade máxima da proteção civil em Mira, ao que o senhor já sabia qual era, podia-se ter dirigido a ele diretamente não precisava de lá fazer perguntas, portanto, pedia desculpa, não tinha a ver com o relatório de atividades, tinha a ver com gincana política, não alinhava nisso. Numa próxima Assembleia no período antes da ordem do dia, fazia favor e utilizava o tempo para aquilo. Tinha perguntado pouco tempo antes porque é que não o deixava, no início deixou as pessoas dialogarem, mas a partir do momento em que as coisas começaram a sair dos carris, então iam cumprir o regimento. Ainda bem com o Deputado da sua bancada o tinha chamado a atenção, ainda bem, queria dizer que as pessoas também se sentiam e portanto, Senhor Deputado, o seu tempo estava esgotado, e não dava mais tempo para aquilo. -----

---- **Interveio o Deputado Pedro Nunes (PSD)**, pediu autorização ao Sr. Presidente da Mesa que lhe desse o mesmo direito de não falar sobre o relatório, uma vez que foi ali respondido a questões que não tinha nada com o relatório, era impossível uma bancada ficar a ouvir aquilo que ouviu. -----

---- **O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (PSD)** pediu ao Deputado para se abster.....

---- **Interveio o Deputado Pedro Nunes (PSD)** quis fazer o protesto ali publicamente, de não ser utilizado o mesmo direito de questão ou informação. -----

---- **Tomou a palavra o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, quis mostrar o seu direito de protesto em nome do partido CHEGA, lembrava que o partido CHEGA era um dos partidos que tinha os Bombeiros em mais sensibilidade e nunca tinha sido usado ali o tema dos Bombeiros em contexto de assembleia municipal. -----

PONTO TRÊS: Fixação da taxa do IMI, IRS, derrama e direito municipal de passagem a liquidar em 2025, nos termos do n.º 1, n.º 5 e n.º 14 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis - CIMI aprovado pelo Decreto – Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro, conjugado com o artigo 14º e ssº e n.º 1 do artigo 26.º da Lei nº 73/2013 de 3 Mod.DAJ.028.01 pág. 1/2 de setembro, na atual redação e em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.-----

---- Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

----Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD), explicou que o ponto três era a fixação da taxa do IMI, DERRAMA e direito municipal de passagem para o ano de 2025. Os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixavam a taxa a aplicar para o ano seguinte, aquelas deliberações eram depois comunicadas à autoridade tributária que fazia a gestão. O município de Mira, ao quererem manter a taxa do IMI nos mínimos relativamente ao que já vinha acontecendo, queriam dar um sinal aos Mirenses que tinham ali condições para estar, para se manterem, portanto, à semelhança dos anos anteriores queriam dar aquele sinal às pessoas, aos residentes em Mira. O IMI urbano foi fixado em 0,3%, que era o mínimo possível por lei, o IMI Rústico em 0,8% ou IRS em 5% e o direito de passagem ou direito municipal de passagem em 0,25%. Aquele direito passagem e relativamente a empresas de telecomunicações, era regulamentado pela Autoridade Reguladora Nacional e, portanto, quiseram igualmente isentar o valor da derrama para as empresas que laboravam em Mira, para com aquele conceito dar um sinal positivo, não só para as pessoas a nível individual, mas também em termos de impostos dos investidores que tinham ali as empresas a trabalhar. Pensava que era uma mais valia e pensava que era uma medida excelente para todos os Mirenses. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA) , pedia desculpa por ter falado no IRS e de facto o ponto era sobre o IMI a derrama e direito municipal de

passagem, mas ali queria, portanto, pegar na sua questão relativamente porque é que em todos aqueles valores a taxa era mínima, mas curiosamente, na taxa de IRS era a taxa Máxima. Ali era o que se calhar importava a todos os que ali estavam, porque todos eles faziam IRS. Relativamente aquele ponto voltava a questionar a razão para que a taxa de IRS, naquele município, era sempre a taxa máxima. Tinha a tabela que tinha retirado do portal das finanças com os valores aprovados por município e, por exemplo, em Vagos era 2,5 em Anadia era 3% em Águeda ou Arganil era mesmo 0%. Era uma forma de atrair jovens casais para o nosso município, precisavam de natalidade e uma das formas de atrair casais era precisamente no IRS, porque se pagassem menos de IRS, talvez fosse o imposto que todos eles não conseguiam fugir, porque todos ali eram trabalhadores por conta de outrem, talvez se fosse o ponto mais importante, os outros todos se calhar tocavam em menos pessoas. -----

---- **Interveio o Deputado Carlos Nora (PS)**, disse que a bancada do Partido Socialista ia votar a favor, o Partido Socialista congratulava naturalmente com a manutenção das taxas de IMI nos valores mínimos. De resto, sempre foram defensores daquela política, bastava lembrar o célebre episódio há uns anos, quando o PSD, por lapso ou de propósito pretendeu levar ali à Assembleia Municipal uma proposta para aumentar o IMI para a taxa Máxima, acabando depois por retirar o ponto da ordem de trabalhos devido ao forcing que o PS fez. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Respondeu ao Sr. Presidente da Câmara (PSD)** disse que não tinha em sua posse os dados daqueles municípios que, pela pesquisa que fez, não tinha a convicção que mantendo o IRS no mínimo, também conseguiam manter as outras taxas, no mínimo cumulativamente, era ali a sua dúvida, portanto, aquilo era uma questão de opções e eles optaram por manter as suas que entendiam, IMI, a derrama e direito municipal de passagem nos mínimos, no IRS cumulativamente não conseguiam, portanto, eram políticas, cada município tinha a sua. Relativamente à posição do deputado Carlos Nora, que anunciava o sentido de voto da bancada do Partido

Socialista só tinham a congratular-se com isso também. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

---- Submetido o PONTO TRÊS a votação, foi aprovado com uma abstenção. -----

PONTO QUATRO: Fixação da taxa de IMI para prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo - 2025 (IMI famílias), nos termos do artigo 112.º- A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis - CIMI, aprovado em anexo ao Decreto – Lei nº 287/2003 de 12 de novembro, aditado pelo artigo 162º da Lei nº 7-A/2016 de 30 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 2016, em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, explicou, era na mesma linha do ponto anterior, portanto, se entendiam que deviam manter a sua taxa de IMI no mínimo queriam ainda ir mais Longe e, portanto, para os prédios sujeitos passivos com dependentes a cargo, ainda beneficiar mais as famílias, beneficiar mais as famílias que fossem mais numerosas. Por isso, quem tinha um dependente a cargo tinha uma redução de trinta euros, quem tinha dois dependentes a cargo, uma redução de setenta euros, e quem tinha três ou mais dependentes a cargo, cento e quarenta euros de desconto. Pensava que era uma medida muito favorável também um incentivo para aquelas famílias que com certeza atravessam dificuldades, todos sabiam. Não significando muito para os cofres municipais manter outras taxas, com certeza que significaria muito para aquelas famílias aquele apoio que lhe estavam a dar. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

--- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)** voltava a frisar que aquelas medidas eram positivas, mas no seu entendimento eram de curto alcance. Ao contrário da proposta anterior, voltava a frisar no IRS, deu ali o exemplo, a de Montemor tinha uma taxa de 4,5 e uma redução de 0,5% na taxa, portanto, a taxa variável de IRS municipal e se calhar uma razão só de 0,5%, ou seja, passar de 5% para 4,5%. Se

calhar ia tocar no bolso de muito mais gente do que aquela medida, e podiam ser cumulativas. Podiam ajudar as famílias numerosas, mas também podiam ajudar todas as famílias, porque uma variação pequenina, e desafiava o executivo no próximo orçamento, aliás, era um ponto que o seu partido sempre apresentava nas propostas para orçamento, era redução da taxa de consignação de IRS, desafiava no próximo orçamento municipal em vez de apresentar os 5%, apresentassem os 4,5% e experimentavam, portanto, a vida era feita de experiências e era um desafio que deixava ali ao executivo. -----

---- **Intervio o Deputado Pedro Nunes (PSD)**, disse querer congratular, primeiro até com voto favorável do Partido Socialista, o Governo anterior e em relação a este, porque de facto eram verbas que tinham algum significado para famílias que já sobrecarregadas com impostos e na verdade congratulava-se com isso. -----

---- **Intervio o Deputado Francisco Reigota (PS)** já por diversas vezes, o Partido Socialista sugeriu que pudesse existir também um programa de isenção de IMI que contemplasse os poucos palheiros que ainda existiam no território de Mira, nomeadamente na freguesia da Praia, e também que pudesse ser alargado às casas Gandaresas. Responderam que sim nas últimas assembleias em que o ponto foi referido, no entanto, continuavam a ter um vazio relativamente aquelas situações e achava que naquele momento que vinham aqueles dois pontos da ordem de trabalho, achava que era de todo pertinente terem sido incluídos, e ter havido ali outro tipo de tratamento daquelas medidas. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Intervio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)** respondeu que tinha registado a sugestão o deputado Augusto Miranda, de fazer a experiência de uma redução não muito significativa, mas que podia realmente abranger, ser mais abrangente. E relativamente à isenção, da proposta de isenção dos palheiros e casas de Gandaresas, estavam a ultimar aquilo, esperava mesmo a curto prazo poderem discutir li aquela proposta para os palheiros e as casas de gandaresas como património municipal. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

--- Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA) que agradeceu a disponibilidade para fazer a experiência e dizer que seria a primeira vez que uma proposta do partido CHEGA seria aceite por aquele executivo, ficaria a aguardar com alguma curiosidade. -----

----- VOTAÇÃO -----

Submetido o PONTO quatro a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO CINCO: Procedimento concursal para preenchimento de cargo de direção intermédia de 2º grau para a Divisão de Obras Municipais - aprovação da proposta de constituição do respetivo júri, nos termos e para os efeitos do disposto na Lei nº2/2004, de 15 de junho e conjugado com o disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD), explicou que se tratava, com a saída do engenheiro Rui, que se tinha reformado, aproveitava o momento para lhe desejar as melhores, as maiores felicidades, como já tinha tido ocasião de o fazer, mas com a saída dele ficou uma vaga para chefe de divisão das obras municipais, e cumulativamente uma vaga para engenharia civil. Para resolver o assunto temporariamente, houve um despacho seu em nomeação, mas tinham necessidade de constituir um júri para o chefe de Divisão ocupar o seu lugar definitivamente e, portanto, havia necessidade de ir à Assembleia, porque se tratava de um chefe, havia necessidade de ir à Assembleia Municipal. -----

----- VOTAÇÃO -----

Submetido o PONTO CINCO a votação, foi aprovado com abstenção do Partido Socialista. -----

PONTO SEIS: Aprovação da proposta de Revisão do Plano de Pormenor da Zona A do Plano Geral de Urbanização da Praia e Lagoa de Mira, conforme disposto no artigo 90.º do RJIT -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:-----

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

----- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, explicou que depois de terem realizado duas reuniões, uma com a Junta de Freguesia da Praia de Mira, outra com a Associação de Moradores, Proprietários, Moradores do Mira Vilas entenderam que estavam em condições de fazer ali uma apresentação daquele ponto. para isso, pediu autorização ao Sr. Senhor Presidente da Assembleia, solicitava a colaboração do Doutor Ângelo Lopes para fazer a apresentação. -----

---- **Foi dada a palavra ao Dr. Ângelo Lopes para fazer a apresentação do documento: -----**

---- **Interveio o Dr. Ângelo Lopes**, passou a apresentação daquilo que era a versão final da revisão do plano de pormenor da zona do PG, o da Praia e Lagoa de Mira, como era denominado desde a sua génese. Estavam há mais de 25 anos da sua aprovação, um plano que era datado de 1991 e de alguma forma foram registando insuficiências, lacunas na aplicação de algumas das suas normas, surgindo mesmo dificuldades interpretativas na eficácia das mesmas e na prossecução dos seguintes objetivos: detetaram a incorreta implantação da proposta no território, incongruência entre o desenho, a própria implantação da proposta do plano e as áreas descritas nos quadros de síntese, a existência de lotes com área a mais, lotes com área a menos, verificando-se também nalguns casos, agrupamento indevido de lotes. As moradias, que inicialmente serviriam de segunda residência, ou uma residência de férias encontravam-se naquele momento, na sua maioria, a ser utilizadas como residência principal do uso diário e, automaticamente, as necessidades de que eram emergentes, não correspondiam àquilo que o próprio plano permitia. A atual redação do regulamento, em termos de critérios, naquele momento, dimensionamento de estacionamento e outros parâmetros urbanísticos, não davam resposta às necessidades atuais. Havia obras e edificações ilegais, a área total desenhada era superior à área descrita no regulamento do plano. Queria aquilo dizer que a planta desenhada inicialmente tinha, e aquilo que foi desafetado eram cerca de 50 hectares, 25 para o Miravillas e 25 para o Miraoásis, em relação ao plano, estava escrito que foi aprovada, havia logo 2000 m² a mais. Para além disso, quando foi implantado o projeto no terreno e depois de levantamento topográfico, detetaram uma área superior a 2.96 hectares em vez de 50 ha, estavam a

falar quase 53 ha ocupados. Resumindo, facilmente se detetava que essencialmente o problema de geometria das vias ocorreu na zona do núcleo B do Miraosis, o que provocou logo ali uma dificuldade imensa no aspeto quer do licenciamento, quer da articulação com o regulamento. Para além disso, o levantamento que fizeram com base naquilo que era a descrição predial de cada lote, ou seja, o título de propriedade única no país, houve um conjunto de pessoas que ultrapassaram aquilo que era a área que foi adquirida, ou seja, mais do que aquilo que estava na descrição predial, estavam a ocupar indevidamente, território que não foi comprado. Para além disso, inicialmente havia mais casos, ao que estabeleceram um critério de correção de 10%, que era aquilo que a lei permite em terrenos urbanos, 10%, e rústicos 20% e assimilaram os 10% que as pessoas teriam ocupado a mais ou a menos, e de alguma forma só restaram aqueles casos, aqueles que ultrapassaram mais de 10% de correção. Apresentou um quadro com os somatórios das áreas que, basicamente, tinham ali cerca de 6000 m² ocupados a mais nos dois aldeamentos. Os objetivos naquela revisão do plano pormenor foram redimensionar as vias interiores dos núcleos, criar áreas de passeios e estacionamento, corrigir as infraestruturas existentes, construir equipamentos desportivos e de lazer, requalificar também os existentes, criar novas áreas verdes e recuperar as existentes que se encontram em estado de degradação, estabelecer regras mais concretas e aplicáveis para as novas construções e para a reabilitação, regularização do edificado existente, criar um espaço canal, o qual funcionar também como barreira de crescimento abusivo dos lotes mais exteriores do plano, no sentido das dunas e, simultaneamente, permitir um acesso dedicado à emergência e ao socorro em termos de área perimetral daquilo que eram os dois aldeamentos. Recordava que se calhar era a única aldeia que estava 100% rodeado por floresta, o que os preocupava em termos de emergência e de segurança das próprias pessoas que lá moravam e tinham lá o seu património. Recuperar para os investimentos e ambientalmente a área do plano e, por último, recuperar ecologicamente também a vala das dunas, que era uma vala que ladeava toda a zona mais a sul do Aldeamento, nomeadamente na zona do núcleo D do Miravillas e que, de alguma forma era uma vala de recarregamento e de recolha dos fluviais, mas que também tinha os seus problemas ambientais e ecológicos, também precisava de ter intervenção. Em termos de condicionantes e de restrições, realçavam os que havia restrições relativamente àquilo que era o posto de

transformação, o gasómetro que existia no Maravillas da a área rede Natura 2000. Na área do PP eram aplicáveis no regime de servidores administrativas e restrições de utilidade pública em vigor, e assinaladas na planta de condicionantes. Nas áreas sujeitas à servidão do domínio público hídrico, uso e ocupação do solo estavam obrigados ao cumprimento prévio da legislação em vigor. Espaços habitacionais houve alteração dos parâmetros urbanísticos aplicáveis aos lotes, quer em termos de afastamentos, área de implantação, índice de ocupação. Com aquela reorganização das vias, houve a possibilidade de criar novos lotes, ou seja, para não ficar o espaço verde e haver a continuidade do edificado, foram propostos e foram definidos seis novos lotes habitacionais, possibilidade de construção de anexos e garagens em todas as moradias ou em todos os espaços, de forma a englobar todas as construções permitidas com aquela proposta de revisão do plano. Para além disso, o plano em vigor era omissivo não tinha qualquer normativo. Relativamente às caves, as caves técnicas sem pé-direito regulamentar eram destinadas a instalações técnicas de apoio, e o próprio plano iria também permitir caves com pé-direito regulamentar, desde que fossem cumpridos todos os índices aplicados ao lote, a pessoa podia edificar a casa ao fazer o projeto, tinha que comportar todos os índices que estavam aplicáveis ao lote. As áreas logradouro deviam ser arborizadas ou ajardinadas, não sendo permitido a sua impermeabilização em mais de 50% do lote. Foram criados novos lotes, um lote novo no Miravillas a pedido da associação na altura de moradores, para poder construir um pequeno anexo para dar apoio a toda a área verde que eles eram proprietários, e depois em função da hierarquia da rede Rodoviária e implantação. Foram criados lotes no Miróasis, cada lote tinha a sua identificação e a área respetiva. Em termos de transformação fundiária, que era uma planta que tiveram que fazer, também se via bem a situação daquilo que estava previsto e daquilo que estava até aquele momento implantado. Havia um erro relativamente elevado na implantação, essencialmente da estrada do núcleo B do Miraoásis, para além disso, um erro de implantação do edifício varandas do golfe obrigou também na área do Miravillas, a uma realocização e redimensionamento de alguns lotes. Estava ali a apresentação de todas as áreas que estavam definidas nas manchas que estavam na própria planta. As estruturas rodo viárias foram um ponto fulcral naquela revisão do plano ao nível da rede Rodoviária interna, deslumbradas residenciais que se pretende incidir com aquela proposta. O que é que o plano

acomodava, era redimensionamento dos regulamentos que passariam a ter, de acordo com o disposto nas áreas gerais de habitação, no quadro 2 da portaria 216 2008, uma faixa de rodagem de seis metros e passeio de ambos os lados. Aquela era a proposta tipo do plano, iam perceber que eu estava a dizer aquilo. O plano previa a criação de passeios que seriam implantados de ambos os lados dos arruamentos e teriam que, sempre que possível, uma largura de 1,60 m e, haviam situações já pré-existência que não iam ter a possibilidade de fazer aquele perfil, o plano definia o perfil, mas depois também tinham que se acomodar àquilo que eram as existências. Para além disso, e fruto também de algumas participações, a pavimentação dos passeios propostos seriam em materiais semipermeáveis ou permeáveis, como era o caso do pavê, grelhas de inertes e piso relvado. Estava ali o piso relvado porque os passeios no Miravillas eram jardins. Só que o plano tinha que definir o Miravillas e tinha que definir O Miraoasis. Um plano previa acomodar todas as possibilidades de existência de propostas para os passeios. Projeção de novas áreas, estacionamento e reajustar algumas que já estavam existentes, criação de acessos a que resultava da não aplicação do gráfico do terreno. Havia um conjunto de lotes que, fruto da topografia, o acesso teve que ser realizado da parte posterior e que, de alguma forma não confrontaram e não alteram a confrontação pública do lote manteve-se a confrontação inicial e na parte de trás teria um acesso que era de um domínio privado. Para além disso, é aquilo que inicialmente está previsto como uma pista de ciclo pedonal, fruto também de algumas participações de quer de moradores, quer das pessoas participaram no âmbito daquele plano, redefiniram a estratégia e, de alguma forma, criou-se um acesso de emergência sem impermeabilização do solo, em que a única coisa que ia fazer era a limpeza daquele canal e que ia permitir às viaturas de suporte de vigilância e de combate fazerem uma entrada mais direta nas zonas mais sensíveis de proteção aos dois aldeamentos. O perfil estava definido mínimo, que era de 6 metros, mas seria sempre aplicável. As cedências ao domínio público seriam aquilo que seriam essencialmente na zona do Miraoasis os espaços de equipamento já existiam desde longa data e que, de alguma forma, criaram espaços destinados onde estava uma piscina onde era possível fazer a construção de equipamentos na área social e mesmo educacional e tinha toda a regulamentação proposta. Parte final, que era a planta de implantação, era aquele o resultado final daquilo que foi tudo feito em que tinham os lotes novos, tinham as áreas

de equipamentos e as áreas verdes e todas as áreas de construção existentes. Tinha um quadro regulamentar, basicamente era aquilo que podia dizer naquele momento sobre a versão final do plano de pormenor. Encontra-se disponível para qualquer questão. -----

---- **Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, pretendia dizer apenas que achava uma coisa, alguma confusão que existiu relativamente às questões que foram levantadas, foi porque tinham dois blocos, dois pólos, o Miroasis e o Miravillas, e tinham apenas um plano, existindo um plano para os dois sítios, realidades um pouco diferentes e muitas das questões tinham a ver, nomeadamente com passeios onde existiam pavê e lancil quando no Miravillas, as zonas à frente das casas tinham relvado e, portanto, pensava-se erradamente que uma situação era imposta para concretização no outro lado e depois de esclarecidas aquelas situações, chegou-se à conclusão que estavam satisfeitas a maior parte das questões que tinham sido colocadas e, portanto, estavam em condições de colocar à votação. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Carlos Nora (PS)**, disse já ter havido ali alguma explanação daquela situação por parte do Doutor Ângelo, em traços gerais, mas ele gostaria de saber o que era que concretamente estava planeado, para ser feito a curto prazo na Lagoa, uma vez que sabia das diligências do executivo em comprar ou expropriar terrenos junto à Lagoa de água, e o que é que pensavam fazer de toda aquela zona que estava desprezada, estava a falar concretamente do parque desportivo e de lazer. -----

---- **Interveio o Presidente da Assembleia (PSD)** que explicou ao Deputado Carlos Nora que estavam a falar na revisão do plano de pormenor da zona A, do plano geral de urbanização da Lagoa e da Praia de Mira, mas estavam a falar de Miravillas, de Miróasis não estavam a falar da Lagoa. -----

---- **Interveio o Dr. Ângelo Lopes** que esclareceu que tinha tido cuidado logo de início, dizer que a revisão era o nome do plano. Não lhe podia chamar plano de Miravillas e plano Miraoasis, estavam a rever um plano que em 1991 era o único documento que

tinham em vigor, porque ainda não tinham o PDM, era o plano geral da Lagoa, plano geral de urbanização da Praia e Lagoa de Mira. A seguir, houve um plano de pormenor que tinha aquele nome e área de incidência eram os 56 ha que foram desafetados porque tiveram que fazer correções ao regime florestal. Era só aquela área, o nome é o que era o mesmo. Aquele plano iria permitir ao cidadão corrigir algumas situações de todas as casas praticamente, inclusivamente o projeto aprovado a protótipo ou modelar do Miravillas que não estava de acordo com aquilo que estava definido no plano. Pequenas coisinhas que nós detetamos serviços quando damos a fazer relatórios de utilização para as pessoas perderem as casas, havia situações que não estavam conforme aquelas regras iriam permitir que as pessoas consigam neste momento regularizar. Não dizia tudo, porque havia situações que não eram possíveis de enquadrar se esgotassem os índices, mesmo com os 10%, agora era possível corrigir uma grande parte daquilo que estava naquele momento no território. Para além disso, permitia que as pessoas pudessem ter outra urbanidade, nomeadamente na questão dos anexos e das garagens, que eram totalmente proibidas e omissas no plano inicial, porque era um plano para segunda residência, zona de férias e naquele momento, e ele tinha vivido no Miraoais e sentiu aquela necessidade também da falta de um sítio para arrumar o carro. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seíça (PS)**, disse que, após conversa com vários habitantes do Miravillas e Miraoáis ia ali falar do desagrado demonstrado por aqueles. A salientar, com aquela alteração do plano pormenor iria gerar um sentimento de perda de segurança e privacidade que se iria criar com a construção da via corta fogo, proposta para ambos os aldeamentos. Aqueles habitantes temiam até que, com a abertura daquela via, facilita acesso a transeuntes. podendo gerar assaltos, invasão de privacidade e até quiçá dar azo a ideias para os incendiários. No lugar de prevenção estavam a criar insatisfação e insegurança, mas em cima daquele ponto falaram ainda de uma outra situação, a possibilidade de descaracterização no aldeamento Miravillas, que tinha uma identidade desde a sua génese e ainda a mantinha com a sua

envolvência com a natureza, riqueza com mata. Não deviam permitir fugir aquela matriz, como o exemplo dos muros as sebes eram sebes e não tijolos levantados. Os passeios dentro dos núcleos eram relvados e não para pavês ou cimentados. As cores das moradias eram uniformes e não um arco-íris. O município tinha o dever de preservar aquela identidade. Assim, enquanto havia tempo retificava-se os erros. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

-3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MBROS): -----

Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD) como anteriormente tinha referido teve oportunidade de reunir com a associação proprietários e moradores do Miravillas. Algumas situações foram reportadas daquelas que elencou, a ideia inicial, como o Doutor Ângelo também referiu, da pista que circundava todo o aldeamento foi posta de parte. Portanto, o que se pretendia ali naquele momento era simplesmente uma área, pequena área de desbaste que lhes permita ter ali algum controlo, alguma deslocação de meios, caso fosse necessário, mas nunca, nunca foi sua intenção terminar com a privacidade ou gerar ali alguma espécie de conflito com a segurança dos moradores ou qualquer coisa daquele género. Relativamente aos muros, às sebes, às cores, tentavam que fosse dada continuidade ao existente. No entanto, se verificassem o regulamento com atenção, não tinham lá grandes alíneas que lhes permitissem obrigar as pessoas a que fosse assim. Iam fazer tudo para preservar a identidade sim, mas tinham que ter a noção do existente. Onde muros eram em alvenaria também podiam existir noutro material qualquer, nomeadamente as sebes, e também podiam ser em chapa e, portanto, não havia nada especificamente no regulamento que dissesse que não. Obviamente e repetindo naquilo que já tinha dito, iam fazer tudo para preservar a identidade, a segurança, e a privacidade dos moradores e de quem queira ir viver para ali, é essa a intenção.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

----- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse que quando se tocava em vários assuntos naquela Assembleia e noutras, por vezes passavam um atestado de incapacidade ou um atestado que às vezes até era difícil de adjetivar relativamente às suas intervenções ou às suas posturas e tentavam passar regular, através de uma tentativa única, exclusiva política de controlo político não é outro e quando diziam que eles estavam ali a achincalhar politicamente algumas situações, não estavam, estavam ali a fazer um combate frontal, leal e direto sobre todas as situações, mas quando tocamos nas várias situações e muitas acabavam por nem sequer conseguir levar os seus raciocínios até ao fim, porque o tempo era curto, porque a Mesa fazia o seu trabalho, mas fazia mais o trabalho de silenciar uns do que outros. Relativamente ao caso concreto da análise daquele plano de pormenor da zona A, e relativamente a todos os outros planos que também estavam em discussão, achava que era mesmo importante não quererem passar um atestado de inferioridade às pessoas que colocavam questões. O deputado Carlos Nora colocou uma questão que era pertinente, se não era totalmente abrangida naquele plano de pormenor, era uma coisa muito simples, fizessem-lhe o esclarecimento, mas também que lhe respondessem às duas questões que interessavam realmente para os cidadãos Mirenses e para o território municipal. Explicassem então quais eram as duas situações da Lagoa, independentemente de estar ali ou não tinha havido tempo, achava que estavam ali todos exatamente eleitos e com a capacidade de demonstrarem que também tinham vontade de estar ali a defender as populações, e então achava que não havia qualquer tipo de problema de esclarecer. Era tanto rigor, às vezes para uma situação e tão pouco para outra. Ele também gostava então de ter visto chamar a atenção o Senhor Presidente da Junta de Mira e o Senhor Presidente da Câmara sobre um erro que disseram ali. Ele não sabia se era só uma tentativa de promoção política, se foi deliberadamente ou se foi por incompetência dizendo que o senhor Presidente da Junta de Mira de forma penso eu sincera, dar os parabéns à Câmara sobre as sessões públicas de discussão pública que promoveu e sobre aquela iniciativa que tomou, eles próprios, passe a expressão executivo municipal com a vontade de fazer estas sessões e diz, o Senhor Presidente da Câmara em resposta “*tomámos a iniciativa de fazer estas sessões de esclarecimento*”, mas podiam também dizer de forma clara que aquelas

sessões eram obrigatórias por lei. Aquelas sessões não eram nenhuma promoção, não eram nenhuma sensibilização, era obrigatório por lei fazê-las. O que deveria ter sido feito anteriormente aquela situação era exatamente sessões de esclarecimento para explicar às pessoas o que é que era então o PDM, quais eram as fases do PDM e nessa altura, sim, tinha se dado tempo para se preparar os cidadãos de outra forma. Que era o que não acontecia ali e depois fazia-se um teatro político sempre naquelas situações, a querer passar uma mensagem de que havia muita integração, não havia, e a prova disso estava a ser sobre o que ia ser ali aprovado sobre aquela situação. O mesmo ponto teve na ordem de trabalhos numa reunião extraordinária no mês de agosto e que foi retirado em cima da própria reunião, porque os elementos do executivo municipal foram ameaçados, e sabia a palavra que estava a dizer, ameaçados, não por nenhuma arma como era óbvio, mas por palavras pelos moradores do Miravillas relativamente ao que lá estava escrito, dizendo que o que lá estava escrito era impossível de ser aprovado, e foi retirado desse ponto da ordem de trabalhos. Foi retirado de tal forma que houve algumas alterações. Então, se tivesse sido aprovado em agosto, o documento era um pouco diferente, no entanto, o doutor Ângelo estava a dizer que não havia alteração nenhuma, pronto, OK, então, era ele que estava ali a achar que havia algumas alterações. Então relativamente por exemplo, ao ponto em concreto de todo o que era aquele espaço que ia circundar os dois aldeamentos mudou-se a semântica, era verdade, houve uma alteração por parte do de quem apresenta, é correto e foi-nos respondido no à Junta de Freguesia que apresentou um conjunto de sugestões para alterar no período da discussão pública e não foi só a Junta de Freguesia, já ali tinha sido referido que foram os populares e os moradores do Miravillas, a associação de moradores e pensava que, para além disso, foram alguns técnicos e alguns responsáveis por algumas áreas muito específicas na parte de construção que tinham ali também uma palavra importante a dizer e que também escreveram sobre o mesmo, mas também a Junta de Freguesia também escreveu sobre aquela situação, e naquele momento, o que ia ser aprovado continuava a não os descansar, e continuava a haver ali a abertura para a possibilidade a inúmeras situações, nomeadamente a descaracterização do aldeamento Miravillas e quando se fazia a referência ao plano pormenor e como é que até era feita a sua distribuição geográfica, deviam sim ter pensado em planos pormenores diferentes para zonas diferentes, porque na verdade o

Miravillas e o Miraoásis e tudo o que o circundava eram coisas diferentes e tinham características diferentes. Iam fazer uma coisa que era certa, iam na maior parte dos casos, aquele plano ia na maior parte dos casos tentar regularizar várias situações menos corretas e algumas incongruências que existiam, era uma verdade. No entanto, também ia abrir e ia permitir um conjunto de erros e de faltas de controlo que no futuro iam todos assistir e infelizmente eu queria estar mesmo errado, porque dali a quatro, cinco, seis anos, iam ali estar todos, seguramente com saúde, que era o que desejava todos e vamos ter todos a lembrança daquelas suas palavras, iam começar a descaracterizar as coisas boas que estavam caracterizadas. Porque quando os muros, quando as vedações, quando as frentes daquelas casas comessem a ser descaracterizadas, depois iam-se recordar das suas palavras e ele sabia que a parte pública e parte privada que para conseguir aquela situação de controlo seria diferente, mas nós devíamos ter feito um caminho para conseguirmos exatamente controlar aquilo no município, porque se não conseguissem controlar aquilo, iam todos ter um amargo de boca dali a uns anos, fosse nas construções que ainda iam ser feitas, fosse nas novas construções e até pelas áreas que iam permitir situações idênticas aos abusos que já existiam se fossem feitos alguns abusos naquela área, que iam naquele momento ser corrigidos. Ia haver a possibilidade de outros abusos aparecerem, mas já dentro da legalidade. Esperava que a parte técnica continuasse a fazer o seu trabalho no sentido de dentro das regras que ia ficar mesmo assim, ainda fechar um bocadinho e sabia que poderia fazê-lo, aí confio na parte técnica que ia fazer aquela parte, mas não ia ter as ferramentas todas na mão, então se não vai ter as ferramentas todas na mão, iam abrir mesmo A Caixa de Pandora, ou melhor, não fechavam porque ela aberta ficava quisessem ou não. Relativamente à questão da alteração ter existido no mês de agosto da versão final em termos de redação, se era exatamente igual não sabia que não a leu do ponto a ponto, leu os vários resumos e algumas coisas que me foram apresentadas, que tinham uma apresentação diferente, por isso eu tinha de as comparar e ver se o documento era mesmo todo, confio na palavra que lhe foi ali dita, sabia uma coisa que era certa, tinha sido aprovado em agosto, sem a reunião com os proprietários, tinha sido aprovado em agosto sem a reunião com a Junta tinha sido aprovada em agosto. Na semana anterior, a tiveram uma reunião, já lhe tinham explicado, o Doutor Ângelo e o e o Senhor Presidente já lhe tinham explicado o que ali estava e eu saúdava aquela

explicação. Achava era que por vezes tinham que fazer ali um papel que parecia que estavam a reivindicar alguma coisa que era ilegítima, parecia que eram os maus da fita, parecia que estavam ali a tentar prejudicar o território como ainda anteriormente ele estava quase a prejudicar os bombeiros voluntários que, por amor de Deus, era preciso ter desprante para dizer aquilo. No entanto, não podiam fazer as suas políticas podiam defender os seus cargos podiam defender as suas ideias, as suas ideologias não podiam era fazer com que as pessoas fossem aquilo que não eram. O Francisco Reigota era frontal e direto não era o que queriam fazer dele e ia continuar a ser e ia continuar a defender as suas ideias. -----

--- **Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal (PSD)** que em resposta ao Deputado Francisco Reigota, dado que se tinha dirigido a ele, disse que não estava ali para fazer figura de parvo e também não era parvo com o senhor Deputado pensava. O senhor estava a trocar alhos como bugalhos e eu isso não ia admitir. Tinha havido alguém que lhe tinha dado mais folga? O senhor em todas as suas intervenções excedia largamente o tempo, alguma vez o evitou que o senhor falasse, voltou a questionar. Quando as coisas chegavam ao exagero, alguém tinha de tomar providências, era assim, o Miravillas e o Miraoais como estava a ver o senhor criticou terem retirado, afinal, retiraram-no e fizeram reuniões. Podia ser aquela uma das razões, não sabia se era se não era, não estavam ali com processos de intenções. Quando o senhor lhe saía de um ponto só por mera gincana política, o senhor momentos antes estava a falar, nomeadamente numa Secretária do Presidente ou dos Vereadores não sabia, a Senhora estava impedida de exercer funções nos bombeiros em qualquer associação? Não estava, então o que era que aquilo tinha a ver com o Presidente da Câmara? Não tinha. O Miravillas e Miraoasis tinha só uma coisa, ele quando esteve na Câmara trabalhou muito com os técnicos de Miravillas e Moraoasis aquilo, preocupava-o, então mas valia deixar para trabalhar a parte técnica sem grandes intervenções, porque também sabia porque é que muita gente era contra a estrada por trás que a estrada era uma contenção ao alargamento de lotes e havia gente não gostava disso, mas o morador do Miravillas e do Miraoasis tinham outras questões que eram muito importantes nomeadamente a segurança, e também não se esquecia que no último incêndio que correu o risco de lá chegar os moradores, os moradores do Miravillas e do Miraoasis queriam uma coisa tão simples como era o acesso às bocas de incêndio, nem

sequer se preocuparam se depois havia falta de água noutros sítios onde era mais precisa. Não se podiam alienar a gestão de coisas tão essenciais. -----

Findas as terceiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** disse que afinal, estavam mesmo na casa da democracia. Foi permitido ao senhor deputado ir ali outra vez, ir ali ao microfone falar sobre os bombeiros, falar sobre o PDM, falar sobre o PP, falar sobre Carlos Nora falar sobre a Lagoa e ninguém me interrompeu. Portanto, foi, ainda por cima, dizer coisas que não correspondiam à verdade. Quando o técnico Doutor Ângelo Lopes disse, "*Não estás enganado.*", ele acreditou se fosse Presidente da Câmara a dizer, desconfiava. Portanto, ainda bem que estava ali o Doutor Ângelo e sabia perfeitamente fazer o trabalho dele e responder. E ainda bem que assim era, ainda bem que tinham no Município técnicos capazes de dar respostas que convenciam. Portanto, realmente o ponto que esteve agendado para uma reunião extraordinária da Assembleia em agosto, e ele não foi ameaçado, como o deputado acabou de referir ali, simplesmente e inclusivamente tinham reunião que acabaram por ter que esteve agendada com a Junta de Freguesia da Praia de Mira, para aquele mesmo esclarecimento, o ponto era exatamente aquele e o documento era exatamente aquele. Portanto, não houve nenhuma alteração desde aquilo que era para ir à Assembleia para aquela Assembleia que vinha agora. O que aconteceu foi que os esclarecimentos foram necessários, foi necessário haver a conversa e as perguntas que exigiam para perguntas idênticas, respostas idênticas. Foi isso que foi feito tanto para a associação dos moradores como para os particulares, como para a Junta de Freguesia da Praia de Mira. E, portanto, resultou no documento que ali estava agora colocado para aprovação. Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

--- **Interveio o Deputado Mauro Seiça (PS)**, disse que iria falar também como

proprietário no Miravillas que era, e não sabia se houve alteração ao texto ou não, sabia a comunicação que recebeu da direção da APMV que passou a citar. No plano pormenor foi dirigido a todos os associados *“um dos temas discutidos foi o plano de pormenor aqui ficam algumas considerações que consideramos importantes e positiva. Ciclovia o projeto de criação da ciclovia que liberei ligaria os dois aldeamentos não será desenvolvido nos moldes anteriormente definidos.”*, portanto, ou o Doutor Ângelo não estava a falar o que era ou existiam moldes anteriores e eram outros os moldes anteriores. *“Passará a ser uma via corta fogo ou uma passagem exclusiva para bombeiros mantendo o piso existente. Serão apenas feitas algumas reparações e marca de delimitação dos aldeamentos e o pinhal, a zonas onde a dimensão não a permita. A via será desviada para outro lado da bala. Passeios em frente às moradias a construção dos passeios com planeamento de pavê ou grelhas de inertes não iria avançar. Seria adicionado ao novo PP a nova possibilidade de manter o relvado em frente às moradias.”* Sublinhou, “ao novo PP”, portanto, relativamente a alguém o Presidente da APMV, que enviou este e-mail ou no caso, se não houve alterações, o doutor Ângelo estava a falar verdade, não sabia. -----

Findas as terceiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** afirmou que o Doutor Ângelo podia perfeitamente responder, mas não era necessário porque as sugestões que foram feitas e que foram corrigidas em tempo útil foram tomadas em consideração. Foi mudada a redação e foi aprovado. O documento que foi aprovado foi aquele que já iria à Assembleia Municipal extraordinária em agosto, não houve ali pressa nenhuma em trazer aquele plano, até porque a assembleia extraordinária de agosto foi marcada por outros motivos, por outros pontos que com certeza, muitos de deles se lembrariam o que é que foi ali discutido. Adicionalmente, como tinham que fazer essa Assembleia, tentámos colocar lá o ponto para aprovação, mas não houve alterações a partir daí, aquelas alterações que enumerou ali, o novo PP era aquele novo PP que estava ali em votação, que era o documento que já estava aprovado em Reunião de Câmara.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

5.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, pelo que percebeu, o documento foi alterado, no entanto, o que era para ser aprovado em agosto era o mesmo que ia ser aprovado ali. Relativamente a uma questão que o senhor Presidente da Câmara referiu disse que havia uma reunião com a Junta da Praia que esteve agendada, ele gostaria de saber quando é que era essa reunião e de que forma é que a agendaram e com quem. -----

Findas as quintas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

6.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, estava a tentar perceber na sua agenda, quando é que estaria agendada, nem sabia se a apagado entretanto, mas o Senhor Presidente da Junta foi convocado por e-mail para essa reunião para estar presente, tanto que eu referiu isso ali naquela reunião da Assembleia em agosto. Agora, pois agora era difícil perceber, mas seria com certeza antes da reunião da Assembleia Municipal. Não consegui precisar, naquele momento assim, na agenda podia o ter apagado, porque existia ali, havia de haver a prova da convocatória. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

6.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse que efetivamente não colocava em causa a palavra das pessoas, se o Senhor Presidente, dizia que tinha, ele acreditava que sim, mas esperava mesmo que lhe envie, porque sinceramente nós na Junta de Freguesia, das duas uma, ou houve algum erro e nada me chegou, ou então não existiu mesmo nenhuma convocatória do que estava ali a ser falado, por isso gostava de perceber. Tal como agora para aquela reunião que efetivamente existiu na semana passada, existiu uma convocatória que até lia em que moldes. Recebeu um e-mail no dia 22 à tarde, junto à hora de almoço que dizia o seguinte, " *caro Presidente, e se dirigido à Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, Caro Presidente, no seguimento de reuniões que estamos a agendar relativamente à zona a do plano de urbanização da Praia de Mira, Lagoa de Mira sou por este meio a convocar o executivo*

da Junta de Freguesia da Praia de Mira, para reunião na próxima terça-feira, dia 24 pelas 11 horas e 30 minutos na Câmara Municipal. Aguardamos confirmação, cumprimentos. Tiago Cruz, a Vice-Presidente,” recordou que aquilo foi no dia 22, enviaram um e-mail para uma reunião com menos de 48 horas, ele nem sequer colocou em causa e esteve presente nessa reunião. Poderia nem sequer conseguir, em tão curto espaço de tempo quase que foi mesmo tempo recorde, porque ele não tivesse tido disponibilidade e vontade de estar presente naquela reunião, se calhar estavam naquela Assembleia sem aquela reunião ter decorrido. Ele teve a boa vontade, ele e a sua equipa de tentarem adaptar ao máximo para que aquela reunião tivesse mesmo existido. Antes daquilo não tinham mesmo convocatória alguma até aquele dia, pelo menos que tivessem conhecimento, o que achou estranho e depois quando colocou em causa que acreditavam nos técnicos, não acreditavam no executivo era porque com executivo acontecia algumas coisas daquelas e com os técnicos, felizmente não. -----

Findas as sextas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

7.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, era uma questão também de ir ver ao vídeo da última Assembleia extraordinária, onde referiu precisamente que a reunião estava agendada e que foi desmarcada. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

Submetido o PONTO SEIS a votação, foi aprovado com abstenção do Partido Socialista.

PONTO SETE: Parecer sobre o Plano de Ação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PAPERSU 2030 – Mira) – tomada de conhecimento

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, tratava-se do PAPERSU, portanto, tinham que ter uma política sobre um plano de resíduos e cada vez valorizá-los mais e, portanto, era um plano que sendo estratégico tinha que ser implementado. O foco era na nova gestão do bio resíduos, separação dos lixos reaproveitamento. Tinham uma pequena apresentação também, que, se fosse necessária, podiam passar. Mas por enquanto deixava à consideração de alguma questão que pudesse surgir. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

----Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS), registou simplesmente que por um lado, havia uma parte positiva que tinha que saudar o município, que era dar uma tomada de conhecimento sobre um assunto que realmente não tinha necessidade de votação e isso claramente que saúdava, no entanto, sobre uma matéria daquelas que realmente tinha alguma importância de relevo e que poderia ser analisado por aquela Assembleia, o executivo não querer tecer qualquer consideração, também registavam aquilo, mas ali já não com qualquer agrado e achavam sinceramente que nos executivos, por exemplo, liderados pelo Doutor Raul de Almeida ele sempre fez questão de explicar qualquer tomada de conhecimento que fosse aquela reunião. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Assembleia (PSD), disse esclarecer ali que o Senhor Presidente da Câmara disse que tinha nomeadamente uma apresentação e pôs-se à disposição da Assembleia, ninguém se inscreveu, foi por isso que passou ao ponto seguinte. -----

PONTO OITO: Relatório de Auditoria sobre a situação económica e financeira do Município de Mira referente ao 1º semestre de 2024 – Tomada de conhecimento --

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD), relatório estava ali, foi enviado, não ia fazer nenhuma explicação, estava à disposição de quem quisesse fazer as intervenções.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

----Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA), relativamente aquele relatório e ao ponto 8 quis salientar que na página seis, passou a citar “*em relação ao passivo mesmo aumentou seiscentos e setenta e três milhares de euros*”, portanto 5,09% face há seis meses atrás, portanto a 31/12/2023, e na página 18 e passou a citar, “*O Município apresenta pagamentos em atraso no montante de novecentos e quarenta e*

seis mil euros, oitocentos e vinte e seis euros, o prazo médio de pagamento no final do primeiro semestre foi de, portanto, 63 dias”, estavam a pagar um pouco mais rápido, mas estavam a empurrar com a barriga e usava aqui a expressão os pagamentos maiores porque o pagavam mais rapidamente, mas o volume era maior. No quadro da página 19, verificaram que o valor da dívida continua a aumentar, em meio ano aumentou um milhão e trezentos e vinte mil euros, e deixava aquilo à reflexão. -----

---- Inteiro o Deputado Mauro Seça (PS), disse que o último relatório do revisor oficial de contas apesar de trazer uma apresentação uma apreciação positiva da situação financeira, alertava para a existência de uma dívida de dezasseis milhões de euros, mais grave ainda, para pagamentos em atraso no valor de um milhão de euros, que incompreensivelmente ainda não foram liquidados, como podiam ter uma visão positiva do relatório enquanto continuavam a ser caloteiros e não “zeravam” a dívida dos pagamentos em atraso, das três, uma, ou algo não estava bem explicado, ou estavam a esconder alguma coisa, ou aquela incapacidade de liquidar pagamentos em atraso era simplesmente patológica. Não podiam falar em estabilidade financeira e ao mesmo tempo, manter dívidas pendentes daquela dimensão, aquilo não era apenas incoerente, era um atentado à confiança dos cidadãos Mirenses que depositavam naquela gestão. Senhor Presidente, não eludisse o povo Mirense, pagasse o que se devia a tempo e horas. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):

---- Inteiro o Sr. Presidente da Câmara (PSD), disse que realmente tinham ali umas questões e uns comentários colocados pelo Senhor Deputado Augusto Miranda, páginas 18 e 19 segundo apontou, de repente, tinha a ver com os pagamentos em atraso a prévio, prazo médio de pagamentos, falou do prazo médio de pagamentos também superior sessenta e três dias. Quis referir ali duas ou três coisas e talvez servisse também de resposta ao Deputado Mauro, continuava a chamar-lhes de caloteiros eram termos que lhe custavam a aceitar, mas e terminologias, e ele ia tentar dar a resposta. Os pagamentos em atraso que temos aqui no valor de novecentos e quarenta mil euros, era referente a 30 de junho 2024. Porque o relatório era semestral e os auditores das contas e os revisores oficiais de contas sabiam o trabalho que tinham

que fazer e, portanto, eles obviamente tinham que espelhar ali o resultado do que se passou no primeiro semestre. Aquele montante era relativo aquele período, se quisessem confiar no que ele dizia, havia três grandes grupos, e tinha tudo a ver com resíduos sólidos urbanos e com o pagamento desses serviços a duas grandes empresas. Aquelas duas grandes empresas, que entraram em acordo de pagamentos, e estavam ambas resolvidas, uma delas, se fosse às contas a agora, a 30 de Setembro, já estaria refletido e estaríamos a falar de outros montantes abaixo dos quinhentos mil euros, os pagamentos com a com a ERSUC estavam, portanto, num acordo de pagamento em que pagaram e ainda não estava ali refletido, mas se fosse a 30 de Setembro, já estavam a falar de um montante diferente na ordem dos quatrocentos e noventa e nove mil euros. O mesmo se passou com a SUMA e que os montantes seriam da mesma ordem de grandeza, o queria dizer que a pequenos acertos que faltam fazer ainda com a BMG, porque tinham que entrar em acordo contas sobre os pagamentos que tinham com eles, que já estavam naquela parte do acerto, apenas era uma questão técnica de relatório, mas que era fácil de fazer um encontro, na próxima vez que fossem a uma Assembleia iam apresentar pagamentos em atraso zero. Era esse o seu objetivo. Podia afirmar ali porque sabia o trabalho que estavam a fazer e queriam de deixar de ser os caloteiros que lhes tinham chamado ali. Aquilo era fruto de muito planeamento, era fruto de esforço que tinham que fazer e obviamente, os acordos de pagamento teriam que os cumprir na mesma, porque não bastava entrar no acordo de pagamento e depois deixar que que as coisas não fossem cumpridas. A sua intenção é aquela. Relativamente ao Deputado Augusto Miranda, que na realidade tinham uma dívida total de seis milhões e quatrocentos mil euros num universo que poderiam ter, se quisessem fazer mais créditos, mais empréstimos quase 17000000 que seria aprovado o esforço financeiro que o município conseguia fazer. Portanto, obviamente, tinham ainda pagamentos em atraso, obviamente tinham créditos para pagar, mas seriam cumpridores e o universo seria muito maior do que aquela dívida que ali tinham, porque o seu plafond de endividamento era três vezes superior ao que estava. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

----Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA), disse que da sua parte e não só

como representante partidário, mas também da sua parte pessoal, tinha sempre cuidado com a terminologia que usa ali, até porque estavam a ser filmados e gravados. Mas ia registar aquela questão da dívida zero, depois poderia ser solidário com outra bancada, porque, portanto, foi ponto de honra aqui do executivo, que na próxima reunião iria apresentar a dívida zero no curto prazo. Pensava que seria aquilo que o Presidente disse.

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse que seria excelente o município na próxima Assembleia tivesse dívida zero efetivamente. Se tivesse pagamentos em atraso zero, já não era mau. Relativamente a pagamentos em atraso zero, mesmo assim havendo engenharia financeira que o pudesse fazer, nomeadamente através daqueles acordos pagamento, continuavam a ser dívida. Simplesmente conseguia-se controlar a situação municipal a curto prazo, mas a médio prazo continuava a existir exatamente a mesma dificuldade. Existia ali uma questão muito simples, era que aqueles pagamentos em atraso zero, e não fica incomodado de ele dizer aquilo, nem de alguma forma fossem a seguir dizer que eu estou a difamar alguém e que nós depois sabemos que na Praça pública havia pessoas que já fizeram serviços para o município durante a meses e meses e meses que se se queixavam, que ainda não receberam o dinheiro há muito mais tempo do que até os dias que apareciam ali e depois havia outras situações, a Junta de Freguesia da Praia de Mira, sabia que não ia entrar naquele cálculo, mas, como é que estão a dever ainda naquele dia, embora com aquela história das certidões de dívida, acreditava que nos próximos dias iam pagar à Junta de Freguesia nove mil e tal euros da limpeza das casas de banho de 2023, da época balnear do ano passado. E depois diziam que tinham pagamentos em atraso zero, aquilo não batia muito certo. Ele percebia claramente que podiam utilizar os mapas, os números e eles esperamos sinceramente que a condição financeira da Câmara Municipal pudesse melhorar de alguma forma, também piorar, era mesmo drástico. Depois deviam ser rigorosos com o que diziam. O plafond de endividamento do município poderia chegar aos dezasseis milhões, ia dizer as coisas de outra forma, não era um Senhor Presidente, o executivo agora ter vontade e poderia chegar aos dezasseis milhões naquele ano estava praticamente esgotado o plafond que poderia ser utilizado, porque só havia uma percentagem sobre isso no próximo ano também o plafond era pequenino, não era aquele. Queria dizer o seguinte, se por ventura existisse uma catástrofe, e que não acontecesse de maneira alguma no Concelho de Mira, e que

tinham necessidade de contrair algum empréstimo para fazer face a uma emergência é que tinham um plafond, mesmo muito curto e estavam a esgotá-lo nos últimos anos. Todos os anos temos andado a esgotá-lo ou se não esgotamos totalmente, esgotamos próximo. Aquilo era preciso ser dito. O Francisco interpretava aquelas situações e compreendia, se calhar porque se debruça um bocadinho sobre elas. O cidadão comum e muito bem, andava na sua vida não se preocupava com aquilo, só que quem era eleito, era eleito para dizer a verdade às pessoas e contar-lhe a história toda. Não era só para criar a ilusão de que era possível tudo. Não era possível, o Senhor Presidente ia estar eleito até o final do mandato e não poderia ser possível naquele período atingir aquele plafond. Legalmente, não era possível, por isso, o que estava a dizer era uma inverdade. Agora, dizia-lhe que lhe estava, não estava a chamar mentiroso, estava a constatar um facto, estava a dizer que não podia legalmente e sabia que era verdade o que ele estava a dizer, por isso andavam ali, aquilo era cansativo, porque quem percebia a linguagem que eles estavam a usar, eles estavam regularmente a apresentar as coisas de forma camuflada e deturpada era regularmente não havia um ponto único que conseguissem ser diretos nas situações, não havia um. Aquilo tornava-se, para uma pessoa como ele, sinceramente cansativo, mas ele não se cansava e continuava e tinha que ir lá a todos os pontos voltar, lhe dizer a mesma coisa cada vez que ouvisse situações como aquela, que não eram corretas. Depois, relativamente à questão da Junta de Freguesia, eles iam então no dia de seguinte, enviar um e-mail para o pagamento dos 25% da compra da carrinha da Junta de Freguesia que tinha sido acordado entre o executivo municipal da Câmara Municipal e o executivo da Junta de Freguesia, que tinham assumido com eles na questão do pagamento dos 25% da carrinha, embora eles já tivessem feito o pagamento a pronto, porque temos liquidez, felizmente tinham uma tesouraria pequenina, mas continuavam a ser bons pagadores e tinham as contas todas em dia por isso já fizeram o pagamento a pronto a, no entanto, iam esperar, então, que o município também fosse ágil no pagamento dos 25% que tinha se comprometido com a Junta de Freguesia e nos nove mil e tal euros que acreditava que também, pela parte técnica, que agora também já estavam em condições de o poder fazer, porque certidões também já tinham sido enviadas. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, disse que relativamente aquela última parte técnica de se os documentos chegaram, estariam em condições de efetuar o pagamento. Ele já tinha transmitido aos serviços para fazerem o pagamento e tinha-se colocado aquela questão, portanto, se estavam ultrapassadas aquelas dificuldades, estariam com certeza em condições de pagar. Quanto à carrinha, pediu para fazer chegar os documentos que que fez, referência, que podia ter falado isso no seu tempo de Presidente de Junta que não tem nada a ver com aquele relatório, mas que também tinha registado e que comprometemos, claro, e era verdade. O esforço financeiro era aquilo que as autoridades competentes conseguiam avaliar não só para as empresas, mas também para as pessoas particulares e para as entidades. Quando queriam ir à banca recorrer a um crédito eles avaliam a nossa situação financeira, avaliam. não é não, porque ia para ali, fala durante tempo que queria, ele também tenho que falar para explicar as coisas, não era ele que dizia ali naquele documento que podiam ir até aos dezasseis ou de quase dezassete mil de euros, não era ele, estava escrito ali, eram os revisores oficiais de contas. O que é que se passava, eles queriam contrair um empréstimo, iam á banca, a banca, analisava o seu vencimento mensal, se o seu emprego era estável, não era estável, se tinham conjugue, se tinham um filho, dois, três ou quatro, quais eram os encargos que já tinham, se tinham uma viatura que pudessem hipotecar, tinham credores, tinham fiadores, tinham não sabia o quê, e no final, eles diziam, *“o senhor pode contrair um empréstimo no valor de 5000. - mas eu precisava de 20 e5 não pode.*O esforço financeiro só lhe permite levar 5000 EUR.

E é ISTO que os jornalistas fizeram, e é ISTO que eles estão aqui a dizer. O nosso pode ir pode ir até aos 16800000 EUR. É isso que está aqui escrito.

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

----**Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)** disse que já não intencionava usar da palavra, mas depois daquelas intervenções era obrigado a usar. Ouvia o que Ouvia com atenção, só que era a tal coisa, primeiro podia- lhe responder o que ele disse, então porque não queria resposta porque eu fiz uma afirmação, mas agora fazia a mesma pergunta, o senhor até ao final do mandato, porque foi isso que ele disse e não valia a

pena estar a deturpar as situações, porque a explicação que lhe deu ele percebia toda, mas até percebia uma coisa, percebia que o senhor disse uma coisa que não era bem assim, porque o privado era bem diferente do Público. E embora a explicação e a analogia, ele a tenha percebido, não era assim que funcionava. Porque não era a banca que ia fazer aquela análise e não era a banca que dizia que a Câmara Municipal de Mira podia ir aos dezasseis milhões, não era a banca, eram outras entidades que não era a banca. A banca simplesmente já ia ser refletida com esse valor. Por isso o que disse mais uma vez, estava incorreto e não era conciso. Agora vou perguntava-lhe até ao final do seu mandato, se agora tivesse vontade, poderia chegar aos dezasseis milhões, poderia, poderia contrair empréstimos naqueles valores? -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):

----- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara,** pensava que foi a ilustrativo aquilo que disse relativamente a um particular que se deslocava a uma entidade bancária para conseguir um crédito. Pensava que assim toda a gente percebeu o que é que estava ali escrito naquele documento, e que não foi ele que o escreveu, que redigiu, eram técnicos, eram revisores oficiais de contas, diziam qual é o montante total da dívida, e diziam qual era o plafond até onde poderiam ir, eram dezasseis milhões e oitocentos mil. -----

ENCERRAMENTO : -----

E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas 21h30m, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

(Nelson Teixeira Maltez)

O 1.º Secretário

(José Luís Pimentel Lavrador)